

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

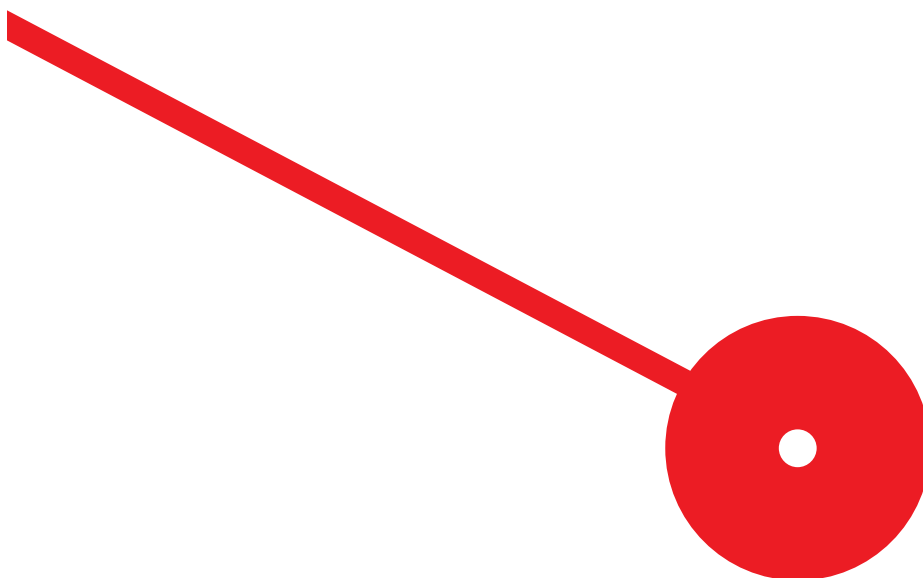
MESTRADO
Auditoria

Controlo Interno nas PME Portuguesas.

Catarina Freitas da Rocha

10/2024

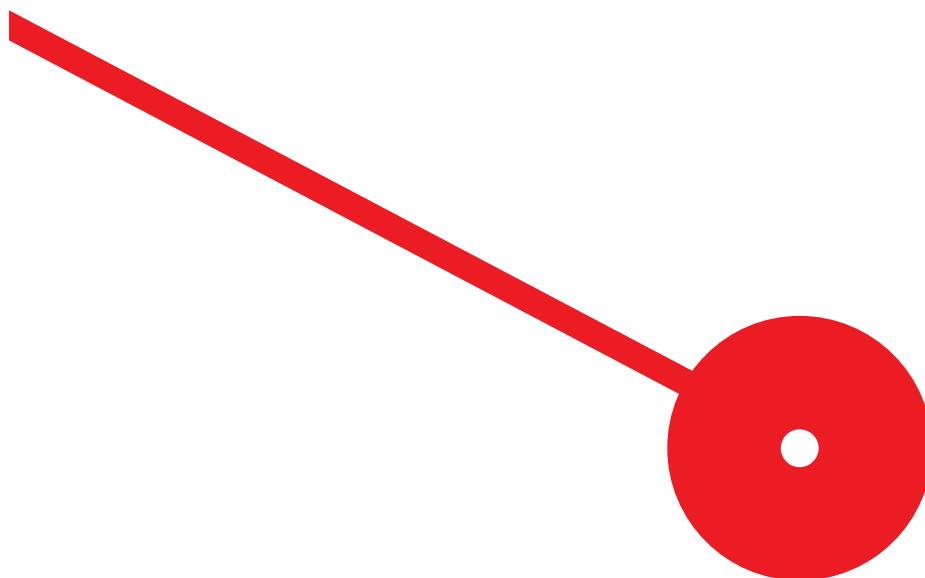
**VERSÃO FINAL (ESTA VERSÃO CONTÉM AS CRÍTICAS E SUGESTÕES
DOS ELEMENTOS DO JÚRI)**



Controlo Interno nas PME Portuguesas.

Catarina Freitas da Rocha

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora Especialista Cláudia Maria Teixeira Pinto Gomes Neto e coorientação da Professora Doutora Cristina Maria Dias Pereira Torres.



Agradecimentos

Esta dissertação significa o final de um objetivo acadêmico, tendo sido dedicadas extensas horas de estudo, trabalho, dedicação e determinação, que não seria possível sem a ajuda fundamental destas pessoas.

Tenho de agradecer aos meus pais, Albina Rocha e Alberto Rocha, por todo o apoio e paciência ao longo de toda a minha jornada.

Ao Francisco, meu namorado, por nunca me ter deixado desistir e ter-me dado sempre força e motivação.

Aos meus amigos, muito obrigada, por terem sido um apoio incansável, nunca me terem deixado desistir e por me terem acompanhado nesta jornada.

Aos meus patrões, Joana Rocha e João Morais, por toda a ajuda, apoio e compreensão durante a realização da minha dissertação.

Às minhas orientadoras, Prof. Cláudia Neto e Prof. Cristina Torres, especialmente, por toda a disponibilidade demonstrada, pela confiança e pela determinação em que eu fizesse o meu melhor ao longo da realização do presente trabalho.

Resumo:

O sistema de controlo interno e auditoria interna são fundamentais para a sustentabilidade e crescimento das micro, pequenas e médias empresas portuguesas. Estes mecanismos ajudam a proteger os ativos, a melhorar a eficácia operacional e, também, assegurar a conformidade com as normas legais e fiscais. Desta forma, proporciona a estas entidades um ambiente mais seguro e organizado, potenciando a continuidade da atividade a longo prazo e aumentando a confiança de terceiros face à organização.

O presente estudo tem por base as empresas classificadas como micro, pequenas ou médias empresas portuguesas com atividade há pelo menos 10 anos. Através da revisão de literatura identificou-se o panorama nacional relativamente ao tecido empresarial, bem como, a realidade relativa às insolvências empresariais. A explanação dos conceitos essenciais relativos ao Sistema de Controlo Interno e Auditoria Interna, bem como, os seus objetivos, componentes e limitações.

A metodologia utilizada foi a metodologia quantitativa e o processo de recolha de dados foi efetuado através de um questionário. Este teve como objetivo conhecer a realidade das organizações inquiridas ao nível da existência de um sistema de controlo interno e de um departamento de auditoria interna e se estes contribuíssem para a continuidade da atividade da empresa.

Na sequência dos resultados obtidos, percebemos que as entidades dão importância ao sistema de controlo interno e que a maioria já tem implementado esse mecanismo, contudo, são poucas as que dispõem de um departamento de auditoria interna. Adicionalmente verificou-se que as entidades que dispõem de um sistema de controlo interno afirmam que este ajuda na continuidade da atividade, mas por outro lado, as que não dispõem deste mecanismo referem que a atividade da empresa não será afetada por esta inexistência.

Palavras chave: Controlo Interno, Auditoria Interna, PME Portuguesas, Continuidade Empresarial

Abstract:

The internal control and internal audit systems are fundamental to the sustainability and growth of Portuguese micro, small, and medium-sized enterprises. These mechanisms help protect assets, improve operational effectiveness, and ensure compliance with legal and fiscal standards. In this way, these entities are provided with a safer and more organized environment, enhancing long-term business continuity and increasing third-party confidence in the organization.

This study focuses on Portuguese companies classified as micro, small, or medium-sized enterprises that have been in operation for at least 10 years. Through a literature review, I was able to identify the national landscape regarding the business sector, as well as the current situation of corporate insolvencies. This included an explanation of essential concepts related to the Internal Control System and Internal Audit, as well as their objectives, components, and limitations.

The methodology used was quantitative, with data collection conducted through a questionnaire designed to understand the reality within the surveyed organizations in terms of the existence of an internal control system and internal audit department, and whether these tools aided in business continuity.

Based on the results obtained, it was found that entities value the internal control system, and most have already implemented this mechanism. However, few have an internal audit department. Additionally, entities with an internal control system claim that it helps with business continuity, while those without it believe that the company's activity would not be affected by the absence of this mechanism.

Key words: Internal Control, Internal Audit, Portuguese PME, Business Continuity

Índice geral

Capítulo I - Introdução	1
Capítulo I I– Revisão da Literatura.....	4
2.1. Tecido Empresarial.....	5
2.1.1. Conceito de Pequenas e Médias Empresas.....	5
2.1.2. Tecido Empresarial Português.....	6
2.1.3. Realidade de Insolvência em Portugal.....	6
2.2. Auditoria.....	8
2.2.1. Definição de Auditoria	8
2.2.2. Auditoria Interna.....	9
2.2.2.1. Definição	9
2.2.2.2. Componentes	10
2.2.2.3. Objetivo	11
2.2.2.4. Limitações	12
2.3. Controlo Interno	13
2.3.1. Definição e objetivos do Controlo Interno	13
2.3.2. Tipos de Controlo Interno	14
2.3.3. COSO	16
2.3.4. Importância do Controlo Interno	18
2.3.5. Limitações do Controlo Interno.....	20
2.3.6. A importância da Auditoria Interna para o Controlo Interno	21
Capítulo III – Metodologia	23
3.1. Metodologias de Investigação	24
3.2. Metodologia de investigação adotada	24
3.3. Hipóteses e questões de investigação	25
3.4. População e amostra	26
3.5. Instrumento de recolha de dados	27

3.5.1.	Descrição do questionário	27
3.5.2.	Procedimentos de análise de dados	30
3.5.2.1.	Tratamento Estatístico	30
3.5.2.2.	Software utilizado na análise	30
Capítulo IV – Análise e discussão de Resultados.....		31
4.1.	Caracterização da amostra	32
4.1.1.	Caracterização do perfil dos inquiridos	32
4.1.2.	Caracterização do perfil das organizações.....	35
4.2.	Análise Estatística	39
Capítulo V – Conclusão.....		56
5.1.	Resumo dos principais resultados	57
5.2.	Limitações do estudo	59
5.3.	Sugestões para pesquisas futuras	59
Referências bibliográficas.....		60
Anexos.....		66
	Anexo I – Inquérito elaborado	67

Índice de Figuras

Figura 1– Cubo do COSO	17
Figura 2- Faixa etária dos inquiridos	32
Figura 3- Função atual dos participantes na sua organização	34
Figura 4- Dimensão da Empresa	35
Figura 5- Boxplot do número de anos de constituição da empresa	36
Figura 6- Região onde a entidade opera	37
Figura 7- Relação entre a Hipótese 1 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado	39
Figura 8- Relação entre a Hipótese 2 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado	42
Figura 9- Importância SCI.....	43
Figura 10- Função dos inquirido das empresas que não dispõe de SCI	45
Figura 11- Departamento/Colaborador Responsável	46
Figura 12- Conhecimento de Auditoria Interna.....	46
Figura 13- Tipo de entidade com departamento de Auditoria Interna	47
Figura 14- AI imprescindível para a implementação do SCI	48
Figura 15- Relação entre a Hipótese 3 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado	51
Figura 16- Benefícios do Sistema de Controlo Interno	52
Figura 17- A continuidade da atividade da empresa poderá ser afetada pela inexistência de um Sistema de Controlo Interno.	54

Índice de Tabelas

Tabela 1- Número de empresas em Portugal em 2022.....	6
Tabela 2- Percentagem de mortalidade e sobrevivência de empresas em Portugal em 2022	7
Tabela 3- Relação das questões de investigação com as hipóteses	25
Tabela 4- Teste de normalidade para a variável idade	33
Tabela 5- Grau Académico dos participantes.....	33
Tabela 6- Estatísticas descritivas sobre o n.º de anos que os participantes desempenham a função presente na empresa atual	34
Tabela 7- Estatísticas descritivas sobre o n.º de anos de constituição da empresa.....	35
Tabela 8- Setor de Atividade	37
Tabela 9- Anos de Atividade no Setor.....	38
Tabela 10- Gestão de Risco	40
Tabela 11- Controlos Internos	40
Tabela 12- Tipos de Controlos	41
Tabela 13- Tipos de Controlos	41
Tabela 14- Implementação SCI.....	43
Tabela 15- Razões para a não implementação de um SCI	45
Tabela 16- Departamento de Auditoria Interna.....	47
Tabela 17- O departamento de Auditoria Interna é responsável pelo Sistema de Controlo Interno?.....	48
Tabela 18- Razões para a inexistência do departamento de AI.....	49
Tabela 19- Impacto do Sistema de Controlo Interno.....	53

Lista de abreviaturas

AI- Auditoria Interna

CI- Controlo Interno

CIRE- Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

COSO- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

IAASB- International Auditing and Assurance Standards Board

IIA- Institute of Internal Auditors

IFAC- International Federation of Accountants

ISA- International Standards on Auditing

PME- Pequena e Média Empresa

SCI- Sistema de Controlo Interno

Standards- Standards for the Professional Practice of Internal Auditing

UE- União Europeia

VAB- Valor Acrescentado Bruto

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O tecido empresarial português é constituído maioritariamente por micro, pequenas e médias empresas, tendo assim, um impacto considerável na economia portuguesa. Desta forma, existe a exigência de que estas sejam competitivas e que possuam uma estrutura sólida, eficiente e eficaz, uma vez que os mercados estão em contante mudança.

Ferramentas como o controlo interno e a auditoria interna tornam-se imprescindíveis para ajudarem a administração na supervisão e gestão do risco, bem como nos controlos e nos processos de governação, fortalecendo a gestão operacional da entidade e diminuindo os riscos face ao exterior.

Contudo, deverá existir um elevado conhecimento por parte da gestão em relação a estas temáticas, para além, da apetência para as incorporar na organização.

Desta forma, surge este projeto de investigação com o objetivo de perceber a relação entre a adoção de ferramentas de controlo, nomeadamente, na implementação de um Sistema de Controlo Interno nas Micro, Pequenas e Médias empresas portuguesas que estejam em atividade há pelo menos dez anos, ou seja, perceber se estas entidades possuem um Sistema de Controlo Interno e se este contribui para a continuidade da sua atividade.

Este estudo encontra-se dividido em cinco capítulos. O capítulo I é composto pela introdução, na qual são referidos os temas que originam o presente estudo, bem como o seu objetivo principal. No capítulo II será efetuada uma revisão da literatura, onde serão abordados os seguintes temas: **O Tecido Empresarial** (em que será apresentado o conceito de Pequenas e Médias Empresas, a realidade empresarial e os números relativos às insolvências em Portugal), **a Auditoria** (no presente ponto serão tratados os conceitos de auditoria e auditoria interna. Relativamente ao tema de auditoria interna, serão explicadas as suas componentes, o seu objetivo, bem como, as suas limitações) e **Controlo Interno** (em que será apresentada a sua definição e objetivos, os tipos de controlos existentes, o modelo do Coso, a importância do controlo interno, as suas limitações e, por fim, a importância da auditoria interna para o controlo interno).

No capítulo III, será abordada a metodologia adotada no presente projeto, as questões de investigação e as suas respetivas hipóteses. A metodologia adotada neste estudo foi a metodologia quantitativa, sendo esta concretizada através de um questionário efetuado às PME portuguesas com pelo menos dez anos de atividade. De forma a elaborar o respetivo questionário, foram consideradas três questões de investigação principais, que se desdobraram em oito questões de investigação.

No que diz respeito ao capítulo IV serão apresentados e analisados os resultados obtidos e se as hipóteses de investigação definidas foram validadas ou não.

O capítulo V trata da conclusão, onde serão destacados os principais resultados alcançados com a análise realizada no capítulo anterior, assim como expostas as limitações deste trabalho e apresentadas sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Tecido Empresarial

No presente estudo, torna-se relevante perceber como é a realidade empresarial portuguesa e, como tal é importante, perceber o conceito de empresa e, de seguida, os critérios existentes para as categorizar.

2.1.1. Conceito de Pequenas e Médias Empresas

Segundo a recomendação 2003/361/CE de 06 de maio de 2003:

Entende-se por empresa qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. São, nomeadamente, consideradas como tal as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.

De forma a categorizarmos as empresas como Micro, Pequenas ou Médias empresas (PME), a Comissão Europeia definiu o número de funcionários e limiares financeiros que definem cada categoria. Posto isto, segundo o artigo segundo da recomendação anterior, a categoria de Média empresa é constituída por entidades que empregam menos de 250 pessoas e o volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou o total de balanço anual não excede os 43 milhões de euros (caso sejam ultrapassados dois destes três parâmetros, estamos perante uma grande empresa). Relativamente, a uma Pequena empresa, esta é uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e que o volume de negócios anual ou o total de balanço anual não excede os 10 milhões de euros. Por fim, uma Microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou o total de balanço anual não excede 2 milhões de euros.

As PME têm elevada importância na economia da grande maioria dos países (Altman & Sabato, 2013). Segundo a Comissão Europeia (2006), as PME na União Europeia (UE) são consideradas a espinha dorsal da economia, uma vez que representam cerca de 99% de todas as empresas existentes e geram dois em cada três postos de trabalho. Desta forma, estimulam o empreendedorismo e inovação, ajudam a promover a competitividade e o crescimento económico e emprego na Europa.

2.1.2. Tecido Empresarial Português

As PME têm um elevado impacto na economia portuguesa. De forma a analisar esta realidade, foram tidos em conta os dados recolhidos no *site* Instituto Nacional de Estatística (INE) e PORDATA, tendo por base o último ano com dados disponíveis para consulta, 2022.

No ano de 2022, do total de empresas existentes em Portugal, 99,90% são PME, o que vai de encontro com os valores evidenciados na UE. Sendo que, 96,10% são consideradas microempresas, 3,3% são pequenas empresas e por fim, 0,6% são de média dimensão. Desta forma, 0,10% são grandes empresas.

Posto isto, importa perceber o impacto económico que estas empresas representam. Para tal, irá ser utilizado o critério do Valor Acrescentado Bruto (VAB), que é o indicador que avalia a riqueza gerada por uma entidade, conforme a Tabela 1.

Tipo de empresas	Dimensão (nº)		VAB (€)	
	Nº Empresas	%	Expresso em milhões de euros	%
Micro	1.396.335	96,04	29.884,8	20,73
Pequena	47.748	3,27	27.527,2	19,10
Média	8.142	0,59	31.011,0	21,51
Grande	1.503	0,10	55.723,5	38,66
Total	1.453.728	100	144.146,5	100

Tabela 1- Número de empresas em Portugal em 2022

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PORDATA, consultado em 2023

Através da análise da Tabela 1, conclui-se que 61,34% da riqueza gerada pelo setor empresarial português provem de PME, sendo apenas 38,66% gerado por grandes empresas, ou seja, este indicador reforça o pensamento da Comissão Europeia de que as PME são a espinha dorsal da economia europeia, neste caso, em particular, Portugal.

2.1.3. Realidade de Insolvência em Portugal

De forma geral, uma entidade encontra-se em situação de insolvência, se o devedor se encontrar impossibilitado de cumprir as suas obrigações já vencidas, para além, do seu passivo se encontrar manifestamente superior ao ativo, tendo por base as normas

contabilísticas aplicáveis. Por outro lado, uma empresa encontra-se em situação económica difícil, caso esta apresente uma dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, nomeadamente, por falta de liquidez ou por não conseguir a obtenção de crédito (Ilhéu, 2021).

Segundo o artigo primeiro do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), insolvência é um processo de execução universal que tem como objetivo principal a satisfação dos credores, através da forma indicada num plano de insolvência, baseado, principalmente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal facto não seja possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores.

Contudo, segundo o artigo décimo sétimo-A do CIRE, caso a empresa esteja em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja possível a sua recuperação, poderá recorrer ao processo especial de revitalização, em que estabelece negociações com os respetivos credores, de forma a concluir com estes através de acordos conducentes à sua revitalização, ou seja, as empresas que se encontrem em situação económica difícil podem recorrer a este tipo de processo, com objetivo de recuperar o seu estado económico, antes de serem efetivamente declaradas insolventes.

Posto isto, é importante ter em conta a realidade relativa à morte de empresas em Portugal e a percentagem daquelas que conseguem sobreviver um ano e dois anos após serem constituídas.

Ano	Taxa de Mortalidade (%)	Taxa de Sobrevivência a um ano	Taxa de Sobrevivência a dois anos
2022	10,40%	75,50%	59%

Tabela 2- Percentagem de mortalidade e sobrevivência de empresas em Portugal em 2022

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PORDATA, consultado em 2023

Analisando a Tabela 2, podemos concluir que, anualmente, por cada 100 empresas existentes, cerca de 10 cessam a sua atividade. No caso das empresas abertas recentemente, os dados indicam, que apenas cerca de 76 empresas sobrevivem ao primeiro ano de atividade, por cada 100 existentes. Para além de que, no caso de sobrevivência a dois anos, apenas 59 empresas em cada 100, é que conseguem manter a sua atividade.

A insolvência das empresas pode acontecer por diversas causas. Em termos gerais, estas poderão estar associadas a problemas internos, tais como, incompetência da gestão, fraude e a problemas externos, nomeadamente, o aumento da concorrência, crises económicas e falência de importantes fornecedores e/ou clientes (Lukason & Hoffman, 2014).

Alzeban e Gwilliam (2014) defendem que o insucesso de uma organização é o resultado de má implementação das práticas de AI. Uma vez que o CI é um procedimento de AI, que visa essencialmente a continuidade da empresa, se este não for bem elaborado tendo em conta os diferentes objetivos da empresa, o tipo de mercado onde está inserida, bem como o seu ambiente e a sua estrutura organizacional, poderá potenciar o insucesso da entidade (Mendes, 2013).

Relativamente a Portugal, segundo Assis (2018), essas dificuldades prendem-se com a redução da procura, falta de liquidez e a possibilidade de obtenção de crédito.

2.2. Auditoria

2.2.1. Definição de Auditoria

De forma a compreender a atividade de auditoria interna (AI), é fundamental perceber a definição de auditoria.

Segundo Alves (2015), o conceito de auditoria prende-se com o processo de armazenamento e avaliação de evidências acerca de determinada temática para definir e detalhar sobre o grau de associação entre a mesma e os seus princípios. A matéria mencionada poderá ser a informação financeira ou não financeira, conjunto de procedimentos, conduta ou resultado das operações e/ou cumprimento das leis, regulamentos e ordens.

Auditoria é a recolha e a análise de evidências sobre informações para determinar o grau de correspondência entre as informações existentes e os critérios estabelecidos. Por isso, a auditoria deverá ser realizada por uma pessoa competente e independente, como é o caso dos auditores. Estes prestam garantia sobre a eficácia do controlo interno, sobre o relato financeiro, entre outros tipos de informação, como por exemplo, os relatórios de sustentabilidade das empresas (Arens *et al.*, 2017).

De acordo com a definição do *International Auditing and Assurance Standards Board*, adiante designado de IAASB, a Auditoria é o compromisso de garantia de fiabilidade cujo objetivo é a redução do risco para um nível aceitavelmente baixo.

2.2.2. Auditoria Interna

2.2.2.1. Definição

Auditoria Interna (AI) é uma das várias áreas da auditoria, que apresenta como principal objetivo, acrescentar valor à organização.

A atividade de AI surgiu da necessidade de controlo da organização por parte dos proprietários ou dos seus gestores, pois estes receavam que os seus colaboradores, fornecedores e parceiros comerciais cometessem erros e/ou fraudes. Por isso, precisavam de pessoas que tivessem acesso a todas as informações, documentos e ativos físicos da organização, de modo a permitir um conhecimento mais profundo e uma análise mais adequada. De forma a colmatar essa necessidade, serviram-se de funcionários que já pertenciam à organização, que com o passar do tempo foram aprendendo a dominar as técnicas de auditoria e a utilizá-las nos trabalhos solicitados pela direção. Surgem assim os “controladores internos” com o objetivo de detetar quaisquer erros e fraudes (Rodrigues, 2013).

Em 1941, surge o *Institute of Internal Auditors* (IIA), que aprovou em 1978 as *International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing* onde, surge a primeira definição de auditoria interna: “*A auditoria interna é uma função de avaliação independente estabelecida dentro de uma organização para examinar e avaliar as suas atividades como um serviço para a organização.*”

A AI começou a estabelecer como foco principal as atividades operacionais das organizações, como reação à tendência da AI tradicional que pretendia, inicialmente, cobrir apenas os aspetos financeiros e reproduzir, numa perspetiva interna, a auditoria financeira (Alves, 2015).

Contudo, ao longo dos anos, o conceito de AI tem vindo a sofrer alterações, tendo sido alterada em 1999. O IIA considera que a auditoria interna é:

Uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação. (IIA, 2017, p.4)

Desta forma, com a atual definição, a atividade de AI é entendida como uma atividade de garantia e de consultoria necessária para acrescentar valor à organização. Tornando-a como uma atividade proativa, com foco no cliente, preocupada com a gestão de risco, controlo e governação, de forma a ajudar a organização a atingir os seus objetivos (Savčuk, 2020).

2.2.2.2. Componentes

A atividade de AI é muito importante para as organizações, pois, pretende contribuir para a melhoria dos seus procedimentos de controlo e torná-las mais eficientes e eficazes no âmbito dos processos de governação, gestão de risco e de controlo.

Segundo Lourenço e Laureano (2018), a atividade de AI revela extrema importância para a gestão da organização, devido à combinação de diversos fatores, tais como: a contribuição que a AI tem na análise do sistema de controlo interno, verificação dos riscos empresariais afetos à entidade e o efeito que as informações dadas por este departamento têm na tomada de decisão pelos quadros superiores. Posto isto, esta atividade tona-se um instrumento efetivo de apoio aos gestores.

Os profissionais de AI para exercerem a profissão têm de se reger pelas “Normas Internacionais Para a Prática Profissional de Auditoria Interna”. No caso, das componentes da AI, estas estão designadas na Norma de Desempenho 2100- “Natureza do Trabalho”. Esta norma define a atividade de AI como: “A atividade de auditoria interna tem que avaliar e contribuir para a melhoria dos processos de governação, de gestão do risco e de controlo, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada.” (IPAI,2017, p.16).

As três áreas de atuação da AI são a Governação, Gestão de Risco e Controlo.

Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (2016, p.12), no que diz respeito à Governação, os auditores internos devem analisar e sugerir

recomendações adequadas de forma a potenciar os processos de governação da entidade, nomeadamente, tomar decisões estratégicas e do âmbito operacional, supervisionar a gestão de risco e controlos, estimular a ética e os valores da organização, certificar a gestão eficaz do desempenho operacional, comunicar detalhes relativos aos riscos e controlos e, por fim, coordenar as diversas atividades entre a administração, auditores externos e prestadores de avaliação.

Relativamente à Gestão de Risco, o auditor terá de avaliar se os objetivos da entidade estão alinhados com a missão da mesma, se os riscos são identificados e avaliados e se existem mecanismos para a sua mitigação, bem como, se as informações dos riscos relevantes são comunicadas de forma oportuna entre os membros da organização, de forma, a que os colaboradores e a administração cumpram com as suas responsabilidades (Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, 2016, p.13). Para além disso, deverão avaliar a exposição a riscos relacionados à governação, às operações e aos sistemas de informação, relativamente ao alcance dos objetivos estratégicos, confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais, eficácia e eficiência das operações e programas, salvaguarda dos ativos e conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

Por fim, a atividade de AI deverá auxiliar a organização a manter os controlos efetivos a partir da verificação da sua eficácia e eficiência e da promoção de melhorias contínuas.

2.2.2.3. Objetivo

De forma geral, segundo Anderson et al. (2013), os objetivos da AI são:

- Ajudar a organização a atingir os seus objetivos;
- Avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controlo e processos de governação;
- Atividades de garantia e consultoria concebidas para acrescentar valor e melhorar as operações;
- Independência e objetividade;
- Uma abordagem sistemática e disciplinada.

Em relação ao primeiro ponto, Reding et al. (2013) estabelece que, da perspetiva de um auditor interno, os objetivos de negócio fornecem uma base para o estabelecimento de

objetivos de trabalho, ou seja, o que o auditor interno terá de ajudar a alcançar. O IIA (2010) define que a eficácia da AI como o grau em que os objetivos estabelecidos são alcançados.

Lourenço e Laureano (2018), reforçam que as dinâmicas organizacionais que se criam entre o órgão de gestão e o departamento de AI estão diretamente relacionadas com o contributo da atividade de auditoria para a gestão e cabe aos responsáveis pelas organizações fomentar um maior envolvimento da organização na atividade deste departamento. Para além de que, é de extrema importância garantir um nível de independência adequado em relação à atividade de AI, de modo que os auditores internos possam desempenhar as suas funções de forma livre, sem estarem sujeitos a qualquer estigma.

2.2.2.4. Limitações

Segundo Arena e Azzone (2007), caso uma entidade tenha requisitos normativos mais fortes, geralmente constitui departamentos de AI com mais frequência do que outras empresas. Partindo desta consideração, conclui-se que as questões normativas poderão afetar positivamente ou negativamente a constituição do departamento de AI.

O estudo realizado por Arena e Azzone (2007) revela que algumas das razões pelas quais as empresas não adotam departamentos de AI são: o receio da complexidade burocrática, os custos demasiado elevados e o a dimensão da estrutura da organização.

Abdulrahman et. al (2003), referem que uma das justificações apontadas por parte das empresas é a relação custo/benefício, isto é, consideram que o a dimensão da entidade e a natureza limitada das suas atividades significava que não seria eficiente a existência de um departamento de AI. Outra razão apontada por parte das entidades é não conseguirem encontrar profissionais qualificados para gerir esse departamento.

Ponemon (1991) verificou que existem três fatores que afetam a objetividade do auditor interno, sendo estes a sua posição na estrutura da empresa, a sua relação com a gerência e administração e, por fim, a existência ou não de um canal de comunicação para reporte de irregularidades. Harrell et. al (1989), defendiam que as perceções das opiniões e desejos da gestão poderiam influenciar as atividades e julgamentos dos auditores internos.

Ou seja, a característica de independência poderia ser posta em causa e desta forma, limitar o trabalho do departamento de AI.

Segundo Mihret e Yismaw (2007), a falta de atenção prestada aos auditores internos por parte da administração da entidade, poderá afetar negativamente o trabalho do auditor.

2.3. Controlo Interno

2.3.1. Definição e objetivos do Controlo Interno

Citando Gonçalves (2015), atualmente, as entidades têm aumentado a sua preocupação em melhorar e reforçar o seu sistema de controlo interno (SCI). Nomeadamente, devido ao facto de ser um bom investimento, uma vez que reforça a capacidade das mesmas em assegurar que os seus objetivos operacionais, financeiros e o cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e outras são alcançados, para além de que, algumas organizações possuem obrigações de relato, ou seja, um bom SCI é essencial para garantirem as certificações necessárias. As entidades que consigam garantir um controlo interno eficaz, eficiente e com capacidade de adaptação terão condições para garantir a sua continuidade e rentabilidade.

Contudo, para criação do SCI é necessário um conhecimento adequado do setor em que a entidade está inserida e da sua organização contabilística e de sistema de informação (Gonçalves, 2015).

Segundo Neves (2008), uma das melhores defesas contra o insucesso do negócio e um importante condutor do desempenho do negócio é um controlo interno (CI) forte, sendo verdade relativamente a todas as organizações.

Visto que o CI tem um papel tão importante para as empresas, torna-se importante perceber o que realmente é o CI, através de algumas definições já existentes.

No ano de 1992, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), definiu o controlo interno como:

Um processo, levado a cabo pelo conselho de administração, pela direção e por outro pessoal pertencente à entidade, concebido para proporcionar uma garantia razoável quanto à realização dos objetivos nas seguintes categorias: eficácia e eficiência das operações, fiabilidade dos relatórios financeiros e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Por outro lado, Almeida (1996) define o CI como o conjunto de métodos e procedimentos implementados por uma organização com a finalidade de salvaguardar os seus ativos. Além disso, desempenha um papel de elevada relevância na elaboração das demonstrações financeiras, visando assegurar um nível elevado de confiança e contribuir para a tomada de decisão dos órgãos de gestão da organização.

Relativamente à norma emitida pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), a *International Standards on Auditing* (ISA) 315, estabelece o CI como:

O sistema concebido, implementado e mantido pelos responsáveis pela governação, pela gestão e por outro pessoal, para fornecer uma garantia razoável sobre a realização dos objetivos de uma entidade no que diz respeito à fiabilidade do relato financeiro, à eficácia e eficiência das operações e ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis. O CI é constituído por cinco componentes inter-relacionadas: ambiente de controlo, avaliação de riscos da entidade, monitorização do sistema de controlo interno, sistema de informação e comunicação e atividades de controlo.

Em suma, segundo Jorge e Pimentel (2015), o CI ajuda as entidades nos seguintes parâmetros:

- Concretização e alcance dos objetivos propostos;
- Tomada de decisões com carácter estratégico;
- Adaptação rápida e constante tendo em consideração a evolução do ambiente económico e competitivo;
- Ajuste às futuras necessidades dos clientes.

2.3.2. Tipos de Controlo Interno

Dependendo das necessidades da organização, existem vários tipos de controlos que um SCI deve incluir, ou então na falta de um sistema, devem ter sido em conta os seguintes: controlos preventivos, de deteção, orientadores, corretivos e compensatórios (Martins & Morais, 2013).

Os **controlos preventivos**, tal como o nome indica, são considerados controlos à priori, pois têm como base a providência e servem para medir a ocorrência de fatos indesejáveis

(Martins & Morais, 2013). Alguns exemplos deste tipo de controlos são: segregação de funções com o intuito de prevenir as oportunidades de desvio e os controlos físicos sobre os ativos da entidade (Migliavacca, 2004).

Os **controlos detetivos** têm como finalidade identificar erros ou irregularidades que já ocorreram, caracterizando-se como controlos à *posteriori* (Martins & Morais, 2013). Para o autor Migliavacca (2004), alguns exemplos deste tipo de controlos são: reconciliações bancárias e contagem de caixa.

No que diz respeito aos **controlos orientadores**, estes são empregues com o propósito de promover eventos desejados, desta forma, incentivam intencionalmente a ocorrência de fatos positivos (Martins & Morais, 2013). Por exemplo, os depósitos diários dos valores recebidos são um exemplo deste tipo de controlos.

Os **controlos corretivos** possibilitam a retificação de problemas ocorridos e indesejados, como, por exemplo, a elaboração de uma lista com as diferenças de inventário (Martins & Morais, 2013).

Relativamente aos **controlos compensatórios**, estes têm como função compensar eventuais fragilidades presentes em outros controlos. Um exemplo ilustrativo seria a conciliação entre os salários processados e os valores pagos à Segurança Social (Martins & Morais, 2013).

De acordo com Carvalho (1994), entre os vários tipos de controlos mencionados, os controlos preventivos emergem como uma solução eficaz por limitarem potenciais riscos não previsto no SCI. Além disso, os controlos detetivos desempenham um papel crucial ao permitirem a correção imediata de erros ou fraudes num período reduzido.

Por outro lado, a implementação dos dois tipos de controlos mencionados anteriormente, cria nos colaboradores um maior sentido de responsabilidade nos processos da organização, na atividade operacional e no acréscimo de valor, permitindo às entidades a diminuição de perdas e melhoria do seu desempenho (Carreira, 2013).

Para além dos controlos identificados, segundo Crepaldi (2013), os CI dividem-se, também, em outras duas vertentes: os controlos contabilísticos e os controlos administrativos.

No caso dos **controles contabilísticos**, estes englobam a estrutura das organizações e todas as práticas e processos adotados para proteger o património e a propriedade dos ativos que o constituem. Este mecanismo de controlo inclui:

- **Segregação de funções:** estabelece uma separação entre as responsabilidades de execução operacional, proteção dos ativos patrimoniais e a respetiva contabilização, promovendo assim a independência entre essas funções;
- **Sistema de autorização:** regula as operações por meio de procedimentos de aprovação, seguindo as responsabilidades e riscos associados. Por exemplo, ser necessário duas aprovações de pessoas diferentes para a realização de um pagamento;
- **Sistema de registo:** envolve a categorização dos dados numa estrutura organizada de contas, incluindo a existência de um plano de contas que simplifica o registo e a elaboração das demonstrações financeiras.

Quanto aos **controles administrativos**, estes englobam a estrutura organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados com o fim de otimizar as operações, destacando a política de negócios da empresa. Estes são constituídos por regulamentos benéficos, que seguem práticas favoráveis aos interesses da empresa na execução de deveres e funções, bem como, uma equipa capacitada, apta para desempenhar as suas atividades de forma bem estabelecida e supervisionado pelos seus superiores (Crepaldi, 2013).

2.3.3. COSO

A competência do SCI de uma entidade reflete a importância dada pela administração ao papel do ambiente de controlo, às atividades de controlo, à avaliação dos riscos, ao fluxo da informação e comunicação, assim como, à monitorização das operações no desempenho operacional (COSO,2013).

O modelo desenvolvido pelo COSO, é constituído por três elementos principais: os objetivos, as componentes para os atingir e a estrutura organizacional (Rodrigues, 2013).

Este modelo ilustra-se através de uma matriz tridimensional, denominada “Cubo do COSO”, representada na Figura 1:



Figura 1– Cubo do COSO

Fonte: Pires, 2010, p.44

A interpretação do “cubo” é de que a linha de cada componente “atravessa” e se aplica a todas as categorias de objetivos.

No que diz respeito aos objetivos defendidos pelo COSO (2013), estes estão divididos em três tipos. Sendo estes, os **objetivos operacionais** relativamente à eficácia e eficiência das operações da entidade, bem como metas de desempenho operacional e financeiro e a salvaguarda de ativos, os **objetivos de reporte**, os quais se referem aos relatórios financeiros e não financeiros internos e externos e abrangem, também, a confiabilidade, a pontualidade, a transparência, tendo em conta os regulamentos e políticas da entidade e por fim, os **objetivos de conformidade**, que têm que ver com a adesão das leis e regulamentos que a organização está sujeita.

Relativamente às componentes, estas são o ambiente de controlo, as atividades de controlo, a avaliação dos riscos, a informação e comunicação, bem como as atividades de monitorização (COSO, 2013).

De seguida, é pertinente analisar o que compõe cada componente, pois é importante perceber a definição de cada uma delas, de forma a percebermos como funciona integralmente este modelo de SCI.

O **ambiente de controlo** incide sobre as questões estruturais da organização, conceção de políticas e práticas e compromisso com a competência, filosofia e estilo de gestão (Provasi & Riva, 2015). Este abrange os seguintes fatores: integridade e valores éticos, o compromisso com a competência, a filosofia de liderança e estilo organizacional, bem como a forma como a gestão atribui autoridade e responsabilidade, organiza e desenvolve os seus colaboradores (Whittington & Pany, 2001).

Segundo Provasi e Riva (2015), **avaliação dos riscos** refere-se à identificação e gestão dos riscos relacionados com os objetivos organizacionais. Por outras palavras, envolve a capacidade de uma entidade identificar corretamente os seus riscos e avaliá-los adequadamente, visando mitigar o risco identificado para um nível mínimo em que este já não prejudique a entidade. Dessa forma, a avaliação do risco engloba a definição de objetivos adequados, a identificação e análise do risco, bem como a avaliação de fraude e alterações significativas.

Para os autores citados anteriormente, as **atividades de controlo** representam uma interação de mecanismos orientados para a mitigação dos riscos, a identificação e correção de erros, bem como de comportamentos que podem impactar negativamente o alcance dos objetivos organizacionais pré-estabelecidos. Estas abrangem toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. As atividades incluídas nesta componente são as aprovações, autorizações, verificações, conciliações, revisões do desempenho operacional, salvaguarda de ativos e segregação de funções (Anduuru, 2005).

No âmbito da componente de **informação e comunicação**, esta representa o conjunto de sistemas e processos destinados a recolher e trocar informações em prazos e formatos adequados para permitir que os membros da organização tomem decisões informadas e necessárias (COSO, 2013).

Relativamente às atividades de **monitorização**, estas contemplam as avaliações realizadas durante as operações das entidades para confirmar a presença e funcionalidade de cada componente do CI, ou seja, são atividades de avaliação contínua e específica a cada atividade. Para além disso, se for identificado algum problema, as falhas são comunicadas às pessoas responsáveis, a fim de que sejam tomadas as respetivas medidas corretivas (COSO, 2013).

2.3.4. Importância do Controlo Interno

A possibilidade de êxito de qualquer entidade empresarial está diretamente relacionada à eficácia do seu sistema de CI, uma vez que este desempenha um papel fundamental na realização dos principais objetivos comerciais de qualquer empresa (Mary et. al.,2014).

Segundo Attie (2018), a relevância do CI torna-se evidente quando é difícil imaginar uma empresa que não possua sistemas de controlo capazes de assegurar a continuidade do fluxo de operações e informações planejadas.

Para além de que, segundo Attah-Botchwey (2018), quer uma empresa seja de grande ou pequena dimensão, o papel do SCI não pode ser subestimado, uma vez este tem como principal função captar todas as políticas e procedimentos postos em prática para garantir que os processos realizados estão isentos de roubos, imprecisões ou de má gestão. Contudo, importa referir que um SCI nunca irá ser semelhante em duas entidades diferentes, pois este depende do setor de atividade, da sua dimensão, da sua evolução, bem como da filosofia da gestão (Monteiro, 1998).

Visto que o maior tecido empresarial existente são PME, a necessidade de assegurar um eficaz SCI está a tornar-se uma questão cada vez mais relevante, nomeadamente no que diz respeito à manutenção de um melhor desempenho operacional (Luyolo et al., 2014). Para além de que, para Carvalho (1994), o CI é de extrema importância para as PME, pois este será a primeira linha de proteção contra possíveis erros, fraudes, irregularidades e falta, assim como contra outros riscos inerentes à atividade empresarial. Posto isto, é necessário rever o SCI com alguma regularidade, à medida que as atividades e o negócio vai aumentando, de forma que se garanta o alcance dos objetivos estabelecidos, a eficácia e eficiência das operações e a salvaguarda dos ativos patrimoniais da organização (Rodrigues, 2013).

Adicionalmente, de acordo com Sarens e De Beelde, (2006) e Selim e McNamee, (1999), a consciencialização sobre os riscos e controlos têm influência no alcance do SCI, ou seja, quando a gestão está ciente dos riscos e das atividades de controlo necessárias, é mais provável que estes compreendam o papel do SCI, e por isso, seja mais provável que apoiem um SCI relativamente maior.

Além disso, segundo Silva (2021), o CI é importante para as organizações, uma vez que a sua existência ou não determinará um futuro sustentável ou não das mesmas.

Considerando toda a temática já abordada, podemos concluir que existem diversos benefícios ao implementar um SCI. Alguns deles são os seguintes (Daniela & Attila, 2013):

- Recursos humanos mais bem orientados na temática da gestão de riscos;

- As pessoas têm mais flexibilidade na adaptação às mudanças, uma vez que conhecem melhor os riscos;
- Permite que os recursos humanos disponham de informação fiável e atempada;
- Aumenta a confiança de terceiros (*stakeholders*).

2.3.5. Limitações do Controlo Interno

Como qualquer sistema, o SCI também poderá apresentar falhas ou limitações uma vez que é elaborado por pessoas.

Para Attie (2018), as limitações do CI ocorrem, nomeadamente, devido a erros humanos, pelo conluio por parte da administração ou colaboradores em prol dos seus próprios interesses.

Outra limitação do CI está vinculada à decisão da administração em relação ao risco assumido, ou seja, é um risco que administração admite ter, e por isso não adota procedimentos de CI para esse risco, pois a administração acredita que isso resultará numa relação de custo-benefício mais favorável para a entidade (Ribeiro & Coelho, 2013).

Além disso, segundo Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2016), as limitações do CI estão, sobretudo, associadas a conluio entre funcionários para a apropriação de bens da empresa, formação inadequada dos funcionários em relação às normas internas e a desatenção dos funcionários na execução das suas responsabilidades diárias.

Resumindo, tendo em conta Daniela e Attila (2013), existem diversos fatores que originam limitações no CI, tais como:

- **Custo benefício:** a administração avalia se o benefício originado pelo CI será maior que o custo associado para o implementar;
- **Erro humano:** a falta de instrução dos colaboradores pode induzir a falhas e erros;
- **Transações pouco usuais:** existem operações que não são muito usuais e por isso não estão previstas no SCI, uma vez que este apenas contempla operações correntes;
- **Desinteresse da gestão:** a administração poderá não valorizar a manutenção e o alcance dos objetivos do SCI;

- **Derrogação dos controlos pela gestão:** a gestão pode contornar as técnicas de controlo e criar facilidades com vista a obter benefícios;
- **Dimensão da organização:** estabelecer um SCI é menos desafiador em organizações de maior dimensão do que as de menor dimensão, devido à maior facilidade na segregação de funções;
- **Conluio:** acontece quando duas ou mais pessoas se unem para realizar atos fraudulentos.

2.3.6. A importância da Auditoria Interna para o Controlo Interno

As empresas são incentivadas a incorporar práticas e procedimentos definidos por conceitos pré-estabelecidos relativamente ao trabalho organizacional. Por isso, as entidades que o fazem aumentam a sua legitimidade e as suas perspetivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos (Meyer & Rowan, 1977, p. 21).

As pressões coercivas, miméticas, e normativas são considerados fatores relevantes para explicar a adoção e desenvolvimento de departamentos de AI no seio das organizações. Por exemplo, no caso da pressão coerciva, os regulamentos sobre os CI representam um estímulo formal que podem influenciar as escolhas das empresas no que diz respeito à matéria de AI (Arena & Azzone, 2007).

A AI tem como função examinar o CI, tendo em conta as operações desenvolvidas pela empresa. Ao avaliar a eficiência e eficácia dessas atividades, a AI assume, também, a responsabilidade pelos resultados obtidos. A AI apresenta diversos benefícios, para além de que, tem como objetivo primordial verificar se os CI funcionam com efetividade, bem como monitorizar e estabelecer planos e procedimentos de trabalho, de forma a tornar os mecanismos mais eficientes, detetando falhas nas atividades examinadas e corrigindo-os para melhorar as operações realizadas com o intuito de atender aos interesses da administração (Lorenzoni & Vieira, 2013).

Segundo Muller (2012), o CI fornece os recursos necessários para as atividades específicas da AI, estabelecendo uma relação própria e interdependente, em que a Auditoria, no aspeto estrutural, sucede o CI, desta forma, ambos apresentam igual natureza, importância e finalidade.

Posto isto, a AI e o CI contribuem para o desenvolvimento das organizações e facilitam a tomada de decisões por parte da gestão (Lorenzoni & Vieira, 2013).

No estudo de Cruz (2019), com o objetivo de avaliar a influência que o SCI e a AI têm nas PME que são PME Excelência há pelo menos 3 anos, no distrito do Porto, obteve uma amostra de 62 entidades. Neste estudo, apurou-se que 53,22% das organizações têm um SCI implementado e naquelas que não possuem um SCI implementado, 97%, admite ter em consideração diferentes tipos de controlos no seu seio organizacional.

Cerca de 64,50% empresas, consideram o SCI de elevada importância para as organizações, sendo que quase metade das empresas dispõem de funcionários ou departamentos específicos para o acompanhamento do CI.

No que diz respeito à AI, existe um departamento dedicado a esta temática em cerca de 35% do total. Contudo, 3 das 62 entidades não sabem o que trata a AI.

Das empresas do referido estudo, 80% consideram a AI um fator de elevada importância para o sucesso empresarial, bem como, 70% referem que o alcance dos rácios necessários para ser PME Excelência é influenciado pelo CI.

O estudo de Moreira (2018) apresenta como amostra 36 empresas PME, sendo que apenas 12 dessas empresas têm atividades de AI implementadas. Das entidades que apresentam AI, 83% possuem um departamento específico para esse fim. No que diz respeito às organizações que não possuem atividade de AI, 50% dessas organizações referem que concordam que há a necessidade de criação de um conjunto de medidas de controlo dos processos operacionais, através da implementação de AI, 46% não consideram não haver essa necessidade e 4% não soube responder se havia a necessidade de criação de atividades de AI no seio organizacional ou não.

No seguimento do estudo anterior, das empresas que dispõe de AI, todas referem que a AI tem influência no desempenho organizacional.

3.1. Metodologias de Investigação

Segundo Teixeira (2006), o capítulo referente à metodologia de investigação é importante, pois é através desta que se estuda, descreve e explica os métodos que irão ser aplicados ao longo do trabalho, com o objetivo de sistematizar os procedimentos adotados durante cada etapa, procurando garantir a validade e a fidelidade dos resultados.

Reinoite (2014, p.22), refere que “a metodologia consiste no estudo dos caminhos, instrumentos, métodos e técnicas utilizados para se fazer uma pesquisa científica, os quais respondem como fazê-lo de forma eficiente, de modo a atingir os objetivos”.

Para ter em conta a metodologia a adotar, importa referir que existem dois tipos de abordagens distintas, sendo estas a metodologia quantitativa e a metodologia qualitativa.

De acordo com Diehl (2004):

- **Metodologia quantitativa:** utiliza a quantificação, seja na coleta de dados seja no processamento das informações, utilizando técnicas estatísticas. Dessa maneira, previne distorções potenciais na análise e interpretação, proporcionando uma margem de segurança ampliada.
- **Metodologia qualitativa:** explora a complexidade do problema ao descrever e analisar os processos dinâmicos vivenciados nos grupos. Isso é essencial para compreender e classificar as diversas particularidades individuais.

3.2. Metodologia de investigação adotada

Neste estudo, realizou-se um questionário dirigido às PME portuguesas com pelo menos dez anos de atividade, visando compreender a importância que atribuem ao SCI e à AI, e o papel destes na continuidade da empresa. Adotou-se uma metodologia quantitativa, pois esta permite uma análise objetiva dos dados e a identificação de padrões gerais no conjunto das respostas.

De forma, a constituir a base de dados relativa às empresas escolhidas para o questionário, foi utilizada a plataforma SABI, em que foram inseridas as condições relativas ao conceito de PME explanado anteriormente na revisão de literatura e selecionada a opção de extrair apenas empresas com o e-mail disponível, bem como, em atividade há pelo

menos 10 anos. Foi adotado o número de pelo menos 10 anos de atividade, uma vez que era necessário que fossem entidades que apresentassem um cariz de continuidade.

Com este estudo pretende-se verificar se as PME consideram que o facto de possuírem um SCI, ou algum tipo de controlos, contribui para um melhor desempenho da entidade, e, conseqüentemente, para a continuidade das suas operações.

3.3. Hipóteses e questões de investigação

As hipóteses são declarações sobre o valor de um parâmetro ou sobre a relação entre parâmetros, sendo assumido que são verdadeiras como ponto de partida (Cruz, 2019).

	Questões de Investigação	Hipóteses de Investigação
Q1	A gestão das PME tem consciência sobre os riscos e controlos necessários? (Sarens & De Beelde, 2006 e Selim & McNamee, 1999)	As PME consideram importante e adotam diversos tipos de controlos para atingirem os seus objetivos.
Q2	As PME adotam diversos tipos de controlos, mesmo sem um SCI? (Martins & Morais, 2013)	
Q3	As PME têm preocupação em implementar um SCI? (Gonçalves, 2015)	As PME consideram vantajoso possuir um SCI e um departamento de AI.
Q4	As PME atribuem importância à atividade de AI para a conceção do SCI? (Lourenço & Laureano, 2018)	
Q5	As PME possuem um departamento de AI ou colaboradores para este tipo de atividade? (Lorenzoni & Vieira, 2013).	
Q6	As PME consideram a implementação de um SCI um bom investimento (custo-benefício)? (Ribeiro & Coelho, 2013)	A relevância atribuída ao SCI tem impacto no desempenho empresarial, nomeadamente na continuidade das operações.
Q7	As PME acham que o SCI ajuda no alcance dos objetivos estabelecidos? (Mary <i>et al.</i> , 2014)	
Q8	As PME consideram que o SCI ajuda no desempenho empresarial, nomeadamente para a continuidade da atividade? (Gonçalves, 2015 e Neves, 2008)	

Tabela 3- Relação das questões de investigação com as hipóteses

H1: As PME consideram importante e adotam diversos tipos de controlos para atingirem os seus objetivos.

Esta hipótese de investigação tem como objetivo principal avaliar se as PME têm noção dos seus riscos e se, após isso, consideram importante a implementação de diversos tipos de controlos e se os adotam, pois se não tiverem consciência dos seus riscos e da importância dos controlos para a mitigação desses mesmos riscos, nunca irão considerar o SCI uma ferramenta para o sucesso do desempenho empresarial.

H2: As PME consideram vantajoso possuir um SCI e um departamento de AI.

Após a verificação se as PME possuem algum tipo de controlos, é importante perceber se existe um SCI definido e implementado, assim como, se possuem um departamento de AI para esse fim ou alguns colaboradores dedicados a essa temática. E, se atribuem importância à existência de um departamento de AI para a conceção do SCI.

H3: A relevância atribuída ao SCI tem impacto no desempenho empresarial, nomeadamente na continuidade das operações.

De seguida, é necessário avaliar se a importância dada ao SCI influencia o desempenho empresarial, nomeadamente, para a continuidade da sua atividade há pelo menos dez anos.

3.4. População e amostra

A população-alvo em estudo corresponde às empresas pertencentes à categoria de PME e que estejam em atividade há pelo menos 10 anos.

Antes de o inquérito ser enviado foi efetuado um pré-teste ao mesmo, com o objetivo de verificar se este estava a funcionar de forma correta.

O inquérito foi enviado para 2662 empresas, esteve disponível entre 30 de junho e 24 de setembro de 2024, tendo sido efetuadas 3 insistências, de forma a obter o máximo número de respostas possíveis.

A amostra é constituída por 66 empresas, que corresponde ao número de respostas que foram obtidas ao questionário oportunamente divulgado.

3.5. Instrumento de recolha de dados

3.5.1. Descrição do questionário

Neste estudo o método de recolha de dados utilizado foi um inquérito por questionário. O questionário foi desenvolvido na plataforma Google Forms (ver Anexo I) e o link para participação foi enviado aos respondentes por e-mail.

O questionário é constituído por um total de 30 questões. A primeira secção trata da obtenção do consentimento dos participantes para o uso dos dados, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), constituindo assim a primeira questão do inquérito. As quatro questões seguintes visam caracterizar o perfil do respondente, enquanto as cinco perguntas subsequentes têm como objetivo descrever o perfil da organização. As restantes vinte questões abordam os tópicos de investigação delineados nas hipóteses de análise formuladas.

O questionário inclui uma variedade de tipos de questões, adaptadas à natureza da informação desejada, nomeadamente, questões de resposta binária (Sim/Não), escala de Likert (escala de 5 pontos), perguntas de escolha única, perguntas de resposta numérica e questões de resposta aberta. De seguida, descrevem-se as questões usadas em cada secção do questionário, bem como sua relação com as hipóteses em análise.

Caracterização do perfil do respondente/inquirido:

- Idade (Questão 2)
- Grau Académico (Questão 3)
- Função atual na sua organização (Questão 4)
- Número de anos na função que desempenha na empresa atualmente (Questão 5)

Caracterização do perfil da organização:

- Há quantos anos a empresa foi constituída (Questão 6)
- Dimensão da empresa (Questão 7)
- Setor de atividade (Questão 8)
- Número de anos de atividade da empresa no setor anteriormente selecionado (Questão 9)
- Região onde a empresa opera (Questão 10)

Hipótese 1:

- A sua empresa possui mecanismos de análise de riscos relativamente ao setor onde opera? (Questão 11)
- A sua empresa possui algum tipo de controlos implementados? (Questão 12)
- A sua empresa tem implementados controlos Preventivos? (Questão 13)
- A sua empresa tem implementados controlos Detetivos? (Questão 14)
- A sua empresa tem implementados controlos Orientadores? (Questão 15)
- A sua empresa tem implementados controlos Corretivos? (Questão 16)
- A sua empresa tem implementados controlos Compensatórios? (Questão 17)
- Caso a sua empresa possua outro tipo de controlo, indique qual (Questão 18)

Hipótese 2:

- Indique o grau de importância que atribui ao Sistema de Controlo Interno (Questão 19)
- A sua empresa tem implementado um Sistema de Controlo Interno? (Questão 20)
- Tendo em consideração as razões pelas quais a sua empresa não dispõe de um Sistema de Controlo Interno, selecione uma opção para cada uma das afirmações (Questão 21):
 - A adoção de um Sistema de Controlo Interno permite uma maior conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.
 - A implementação de um Sistema de Controlo Interno facilita a identificação mais eficiente de erros e possíveis fraudes.
 - O Sistema de Controlo Interno permite que as operações sejam conduzidas de forma mais otimizada.
 - A adoção de um Sistema de Controlo Interno contribui para elevar a confiança de terceiros.
 - O Sistema de Controlo Interno ajuda na salvaguarda dos ativos patrimoniais da organização.
 - A implementação do Sistema de Controlo Interno permite que os recursos humanos estejam mais orientados para a temática da gestão de riscos.
- Existe algum departamento ou colaborador responsável pela área do Sistema de Controlo Interno? (Questão 23)
- Avalie o seu conhecimento sobre a área de Auditoria Interna (Questão 26)

- A sua empresa possui um departamento de Auditoria Interna? (Questão 27)
- O departamento de Auditoria Interna da sua empresa é responsável pelo Sistema de Controlo Interno?
- Considera o departamento de Auditoria Interna imprescindível para uma boa implementação do Sistema de Controlo Interno? (Questão 28)
- Relativamente aos motivos pelos quais a sua empresa não possui um departamento de Auditoria Interna, selecione uma opção para cada uma das afirmações (Questão 30):
 - O desconhecimento relativamente à temática de Auditoria Interna é um fator crucial para a não existência deste departamento.
 - A falta de meios técnicos e/ou humanos não permite a existência do departamento de Auditoria Interna.
 - Não existe um departamento de Auditoria Interna devido à limitação de recursos financeiros.
 - A gerência decidiu não constituir um departamento de Auditoria Interna na estrutura da organização.
 - O departamento de Auditoria Interna não iria gerar uma relação custo/benefício positiva para a entidade.
 - Não seria possível o departamento de Auditoria Interna ter independência no seio da organização para a execução das suas funções.

Hipótese 3:

- Tendo em consideração os possíveis benefícios do Sistema de Controlo Interno, selecione o grau de importância que atribui a cada uma das afirmações seguintes (Questão 21):
 - A adoção de um Sistema de Controlo Interno permite uma maior conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.
 - A implementação de um Sistema de Controlo Interno facilita a identificação mais eficiente de erros e possíveis fraudes.
 - O Sistema de Controlo Interno permite que as operações sejam conduzidas de forma mais otimizada.
 - A adoção de um Sistema de Controlo Interno contribui para elevar a confiança de terceiros.

- O Sistema de Controlo Interno ajuda na salvaguarda dos ativos patrimoniais da organização.
- A implementação do Sistema de Controlo Interno permite que os recursos humanos estejam mais orientados para a temática da gestão de riscos.
- Relativamente ao impacto do Sistema de Controlo Interno na sua empresa, selecione uma opção para cada uma das afirmações (Questão 22):
 - Considera que a implementação do Sistema de Controlo Interno foi um bom investimento, relativamente à razão custo/benefício.
 - A adoção do Sistema de Controlo Interno ajudou a empresa a alcançar de forma mais eficiente e eficaz os objetivos pré-estabelecidos.
 - A implementação do Sistema do Controlo Interno contribuiu para potenciar o desempenho operacional da empresa.
 - A execução de um Sistema de Controlo Interno contribui para a continuidade da empresa.
- Uma vez que a sua empresa não possui um Sistema de Controlo Interno, selecione a opção correspondente para a afirmação seguinte (Questão 25):
 - A continuidade da atividade da empresa poderá ser afetada pela inexistência de um Sistema de Controlo Interno.

3.5.2. Procedimentos de análise de dados

3.5.2.1. Tratamento Estatístico

No presente estudo, foi realizada uma análise estatística descritiva, que incluiu o cálculo de médias, desvio padrão, quartis, tabelas de frequências e representação gráfica dos dados por meio de gráficos de barras, histogramas, *boxplots* e a análise de assimetria e *outliers*, visando a caracterização da amostra e de fornecer suporte na validação das hipóteses propostas.

3.5.2.2. Software utilizado na análise

Após o término do período de recolha de respostas ao questionário, os dados foram exportados da plataforma Google Forms em formato .csv. De seguida, efetuou-se a preparação e a limpeza dos dados utilizando o Microsoft Excel. Posteriormente, os dados foram importados para o software IBM SPSS Statistics 29, através do qual foi realizada a análise quantitativa.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. Caracterização da amostra

Nesta secção, será apresentada a caracterização da amostra, que inclui a análise do perfil dos inquiridos, bem como a caracterização das organizações envolvidas no estudo.

4.1.1. Caracterização do perfil dos inquiridos

No que diz respeito à idade dos 66 participantes, de acordo com o histograma representado no Figura 2, podemos dizer que temos uma distribuição de idades que, à primeira vista, parece simétrica em torno da faixa etária dos 41-50 anos (42,4% dos participantes), sugerindo uma concentração maior de inquiridos nesta faixa etária. As frequências diminuem de forma gradual tanto para faixas etárias mais jovens (10,6% de participantes na faixa etária 18-30 anos e 19,7% de participantes na faixa etária 31 – 40 anos) como para as mais velhas (16,7% de participantes na faixa etária 51-60 e 10,6% de participantes acima de 60 anos), indicando uma possível distribuição aproximadamente normal, confirmada pelo Teste de Shapiro-Wilk ($p\text{-valor} = 0,506 > 0,05$), como se pode verificar na Tabela 4. A idade dos participantes variou entre os 22 e 69 anos, com uma média de 44,8 anos e um desvio padrão relativamente alto de 10,95 anos, o que indica uma variação considerável nas idades.

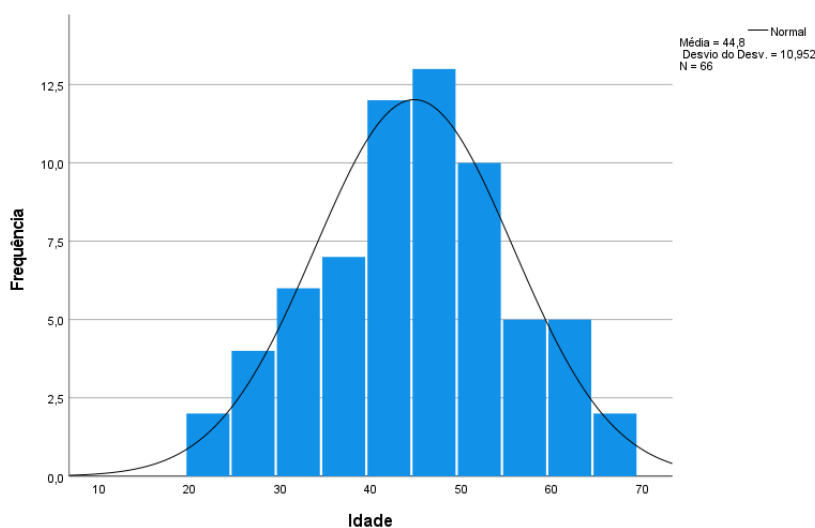


Figura 2- Faixa etária dos inquiridos

Testes de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Idade	,081	66	,200*	,983	66	,506

*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Tabela 4- Teste de normalidade para a variável idade

Relativamente às habilitações literárias dos 66 participantes, observou-se que a Licenciatura é o nível predominante, com 21 participantes (31,8%), seguido do Mestrado com 17 participantes (25,8%). Entre os restantes inquiridos, 12 participantes (18,2%) possuem escolaridade até ao 12º ano, 10 têm Pós-Graduação (15,2%) e, com a mesma percentagem de 4,5%, existem 3 participantes com Bacharelato e 3 com Doutoramento (Ver Tabela 5).

Grau Académico

	Frequência	Percentagem
Até ao 12º ano	12	18,2
Bacharelato	3	4,5
Doutoramento	3	4,5
Licenciatura	21	31,8
Mestrado	17	25,8
Pós-Graduação	10	15,2
Total	66	100,0

Tabela 5- Grau Académico dos participantes

No que diz respeito às funções exercidas nas organizações por parte dos inquiridos da amostra, podemos concluir que, a maioria tem a função de Gestor, com um total de 21 inquiridos (31,8%), seguida da função de Sócio-Gerente com 13 inquiridos (19,7%), a função de Contabilista com 11 inquiridos (16,7%) e as funções de Sócio e Gerente com 3 pessoas (4,5%) cada uma. Os restantes 15 inquiridos (22,7%) foram agrupados na categoria “Outras”. Esta categoria contempla várias funções, nomeadamente, Técnico de Contabilidade, *Controlling Manager*, Chefe de Administração, entre outros (Ver Figura 3).



Figura 3- Função atual dos participantes na sua organização

De acordo com a Tabela 6, onde se apresentam algumas estatísticas descritivas relativamente ao número de anos que os inquiridos desempenham na sua função presente, na empresa atual, verifica-se que: em média os inquiridos estão há aproximadamente 14 anos na mesma função, com uma variabilidade apresentada pelo desvio padrão de aproximadamente 11 anos, o que reflete uma dispersão significativa dos dados. Esta dispersão é corroborada pela assimetria positiva de 0,748, apontando para uma leve concentração de inquiridos com menos anos de trabalho na função. A mediana de 13 anos, sugere que metade dos participantes trabalha na função há 13 ou menos anos. Há vários inquiridos que estão há pouco tempo na função, nomeadamente 1 ano, valor indicado pela moda. O número mínimo de anos é 1, enquanto o máximo atinge 46 anos. Os percentis mostram que 25% dos participantes têm até 5 anos na função e 75% até 22 anos, destacando uma variação considerável no tempo de permanência.

N	Válido	66
	Omisso	0
Média		14,17
Mediana		13,00
Moda		1
Desvio Padrão		10,597
Assimetria		,748
Mínimo		1
Máximo		46
Percentis	25	5,00
	50	13,00
	75	22,00

Tabela 6- Estatísticas descritivas sobre o n.º de anos que os participantes desempenham a função presente na empresa atual

4.1.2. Caracterização do perfil das organizações

Para além de dar a conhecer o perfil dos inquiridos, é fundamental compreender a realidade empresarial de cada organização. Nesse sentido, torna-se crucial entender o tipo de PME em que cada organização se enquadra.

Após análise da Figura 4, verificou-se que apenas 9 organizações (13,6%) são consideradas microempresas, 32 empresas são pequenas empresas (48,5%) e as restantes 25 são médias empresas (37,9%).

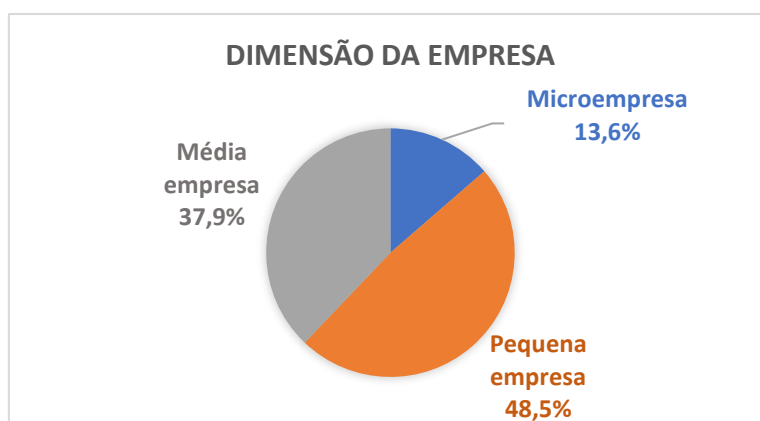


Figura 4- Dimensão da Empresa

N	Válido	66
	Omisso	0
Média		31,21
Mediana		29,50
Moda		15
Desvio padrão		14,703
Assimetria		,833
Mínimo		10
Máximo		74
Percentis	25	19,00
	50	29,50
	75	40,50

Tabela 7- Estatísticas descritivas sobre o n.º de anos de constituição da empresa

É importante recordar que neste estudo só foram consideradas entidades com o mínimo de 10 anos de existência. As empresas analisadas apresentam uma média de aproximadamente 31 anos desde a sua constituição, com uma variabilidade indicada pelo desvio padrão de aproximadamente 15 anos, o que reflete uma variação significativa na antiguidade das empresas. A mediana de aproximadamente 30 anos indica que 50% das empresas observadas têm 30 anos ou menos de existência. O tempo de constituição mais

frequente entre as empresas é de 15 anos. O número de anos de constituição varia entre um mínimo de 10 anos e um máximo de 74 anos. É de salientar que há 6 entidades com mais de 50 anos desde a sua constituição (Ver Tabela 7).

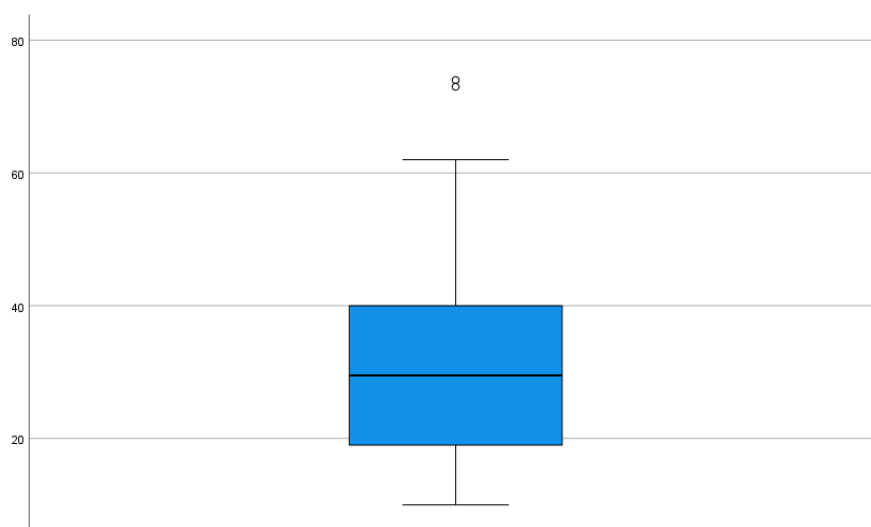


Figura 5- Boxplot do número de anos de constituição da empresa

Para além disso, é importante notar a presença de dois *outliers* (Ver Figura 5), representados por empresas com 73 e 74 anos de existência, que influenciam a análise da distribuição. Em termos de percentis, 25% das empresas têm até 19 anos de existência, metade tem até aproximadamente 30 anos (como já referido anteriormente), e 75% estão constituídas há, aproximadamente, 41 anos ou menos, evidenciando uma ampla dispersão nos dados de antiguidade empresarial. O *boxplot* apresentado Figura 5 para além de evidenciar os *outliers* mencionados anteriormente, também proporciona uma visualização clara da distribuição dos anos de constituição das empresas.

Relativamente aos locais em que operam as empresas inquiridas, podemos concluir que estão distribuídas por todas as regiões do país. No entanto, as regiões do Norte e Centro destacam-se pela maior concentração de entidades, com 28 (42,4%) e 17 (25,8%) empresas, respetivamente. A seguir, encontra-se a Área Metropolitana de Lisboa, que representa 15,2% do total, com 10 entidades. Com o mesmo total de 3 empresas (4,5%), aparecem as regiões do Alentejo, Algarve e a Região Autónoma da Madeira. Por fim, a Região Autónoma dos Açores conta com 2 empresas, representando 3% do total (Ver Figura 6).

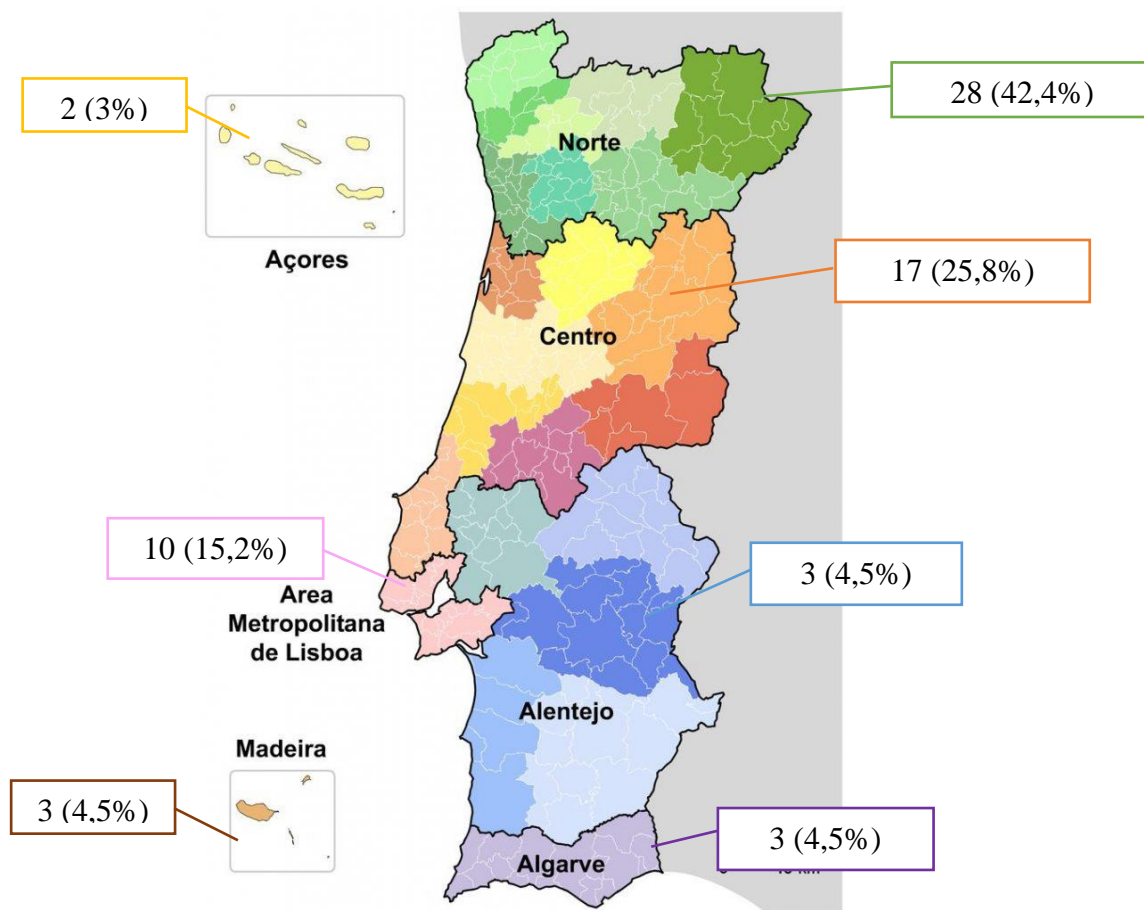


Figura 6- Região onde a entidade opera

(imagem adaptada, fonte: <https://www.espiritovianjante.com/mapa-de-portugal-geografia-turismo/>)

Setor de Atividade

	Frequência	Porcentagem
Construção e imobiliário	11	16,7
Indústria	14	21,2
Comércio	15	22,7
Transportes	3	4,5
Serviços	10	15,2
Agricultura e pescas	3	4,5
Outros	10	15,2
Total	66	100,0

Tabela 8- Setor de Atividade

No contexto do setor de atividade (Ver Tabela 8), observa-se que o Comércio é o setor predominante na amostra com um total de 15 entidades (22,7%). Nos demais setores, a Construção e Imobiliário contabilizam 11 entidades (16,7%), enquanto a Indústria conta com 14 entidades (21,2%). O setor de Transportes é representado por apenas 3 empresas (4,5%), os Serviços totalizam 10 entidades (15,2%), e o setor de Agricultura e Pescas apresenta também apenas 3 entidades (4,5%). Na categoria “Outros” encontram-se 10 empresas, em que, as suas áreas de atuação são a área farmacêutica, automação, entre outros.

Anos de Atividade no Setor

	Frequência	Porcentagem
10-20	21	31,8
21-30	19	28,8
31-40	12	18,2
41-50	8	12,1
50 +	6	9,1
Total	66	100,0

Tabela 9- Anos de Atividade no Setor

Para concluir a caracterização do perfil das organizações, é pertinente analisar o número de anos de atuação das entidades no setor de atividade (mencionado na questão anterior) através da Tabela 9. Das 66 empresas observadas, verificou-se que 21 empresas (31,8%) possuem entre 10 e 20 anos de atividade, enquanto 19 (28,8%) já estão em operação num período compreendido entre 21 a 30 anos. Adicionalmente, 12 empresas (18,2%) atuam há 31 a 40 anos, 8 (12,1%) estão ativas há 41 a 50 anos, e 6 empresas (9,1%) têm mais de 50 anos de atuação no setor.

4.2. Análise Estatística

De forma a validar as 3 hipóteses de investigação, iremos agora analisar as questões correspondentes a cada uma.

Análise da hipótese nº 1:

H1: As PME consideram importante e adotam diversos tipos de controlos para atingirem os seus objetivos.

Questões de Investigação:

- A gestão das PME têm consciência sobre os riscos e controlos necessários?
- As PME adotam diversos tipos de controlos, mesmo sem um SCI?

- 11. A sua empresa possui mecanismos de análise de riscos relativamente ao setor onde opera?
- 12. A sua empresa possui algum tipo de controlos implementados?
- 13. A sua empresa tem implementados Controlos Preventivos?
- 14. A sua empresa dispõe de Controlos Detetivos?
- 15. A sua empresa aplica Controlos Orientadores?
- 16. A sua empresa recorre a Controlos Corretivos?
- 17. A sua empresa tem implementados Controlos Compensatórios?
- 18. Caso a sua empresa possua outro tipo de controlo, indique qual

Figura 7- Relação entre a Hipótese 1 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

Na questão número 11 foi questionado “A sua empresa possui mecanismos de análise de riscos relativamente ao setor onde opera?” e através das respostas recolhidas, podemos concluir que 31 empresas possuem análise de risco, ou seja, 47,0% da amostra total. Contudo, 35 entidades (53,0%) não possuem mecanismos de análise de risco, conforme podemos observar na Tabela 10.

Gestão de Risco

	Frequência	Percentagem
Sim	31	47,0
Não	35	53,0
Total	66	100,0

Tabela 10- Gestão de Risco

Por outro lado, na questão número 12 foi perguntado “A sua empresa possui algum tipo de controlos implementados?” e através desta questão podemos concluir que a maioria das entidades (51) possuem algum tipo de controlos estabelecidos, perfazendo 77,3% da totalidade da amostra e apenas 15 empresas (22,7%) não possuem nenhum tipo de controlo implementado (Tabela 11).

Controlos Internos

	Frequência	Percentagem
Sim	51	77,3
Não	15	22,7
Total	66	100,0

Tabela 11- Controlos Internos

No que diz respeito às empresas com controlos estabelecidos, importa perceber que tipo de controlos é que possuem. Posto isto, nas questões número 13, 14, 15, 16 e 17, questionou-se se estas possuíam controlos preventivos, detetivos, orientadores, corretivos ou compensatórios. De acordo com a Tabela 12, os dados indicam que a maioria das empresas têm um bom nível de implementação de controlos, especialmente os preventivos, detetivos e corretivos, com taxas superiores a 80%. Isto sugere que as empresas estão atentas à gestão de riscos e à necessidade de controlos para garantir a conformidade e a eficácia operacional. Com 80,4% de implementação, os controlos compensatórios também são amplamente adotados, o que pode indicar uma compreensão das empresas sobre a importância de ter medidas que atuem em situações excecionais ou em que os controlos tradicionais não sejam suficientes. O controle orientador apresentou a menor taxa de implementação (72,5%). Isso pode indicar que as empresas podem não

estar tão focadas em orientar as suas operações, ou pode haver uma perceção de que este tipo de controle não é tão necessário em comparação aos outros.

	Sim	Não
A sua empresa tem implementados Controlos Preventivos	42 (82,4%)	9 (17,6%)
A sua empresa dispõe de Controlos Detetivos	43 (84,3%)	8 (15,7%)
A sua empresa aplica Controlos Orientadores	37 (72,5%)	14 (27,5%)
A sua empresa recorre a Controlos Corretivos	43 (84,3%)	8 (15,7%)
A sua empresa tem implementados Controlos Compensatórios	41 (80,4%)	10 (19,6%)

Tabela 12- Tipos de Controlos

Foi incluída uma questão de resposta aberta (questão 18), para as entidades referirem outros tipos de controlos que dispunham que não se enquadrem nas opções anteriores. Nesta questão, apenas 2 entidades responderam que dispunham de outros controlos, sendo estes o “Controlo Alimentar” e a “Gestão Obra”, conforme Tabela 13. Através desta informação concluímos que estas duas empresas, revelam importância em ter controlos mais específicos à sua atividade, para além, dos controlos genéricos.

Outros Controlos

	Frequência
Controlo alimentar	1
Gestão obra	1

Tabela 13- Tipos de Controlos

Tendo em conta as respostas obtidas, as principais conclusões são:

- As PME têm consciência sobre os seus riscos: 47,0%;
- As PME têm controlos internos implementados: 77,3%.

Quanto à hipótese 1, verifica-se uma concordância superior a 50% nas questões relacionadas com os controlos internos, portanto, é possível concluir que a hipótese é validada. Contudo, relativamente à gestão de riscos, a concordância é inferior a 50,0%, pois, somente 47,0% das empresas admitem ter mecanismos de análise de risco.

Análise da hipótese 2:

H2: As PME consideram vantajoso possuir um SCI e um departamento de AI.

Questões de Investigação:

- As PME têm preocupação em implementar um SCI?
- As PME atribuem importância à atividade de AI para a conceção do SCI?
- As PME possuem um departamento de AI ou colaboradores para este tipo de atividade?

- 19. Indique o grau de importância que atribui ao Sistema de Controlo Interno
- 20. A sua empresa tem implementado um Sistema de Controlo Interno?
- 23. Existe algum departamento ou colaborador responsável pela área do Sistema de Controlo Interno?
- 24. Tendo em consideração as razões pelas quais a sua empresa não dispõe de um Sistema de Controlo Interno, selecione uma opção para cada uma das afirmações
- 26. Avalie o seu conhecimento sobre a área de Auditoria Interna
- 27. A sua empresa possui um departamento de Auditoria Interna?
- 28. O departamento de Auditoria Interna da sua empresa é responsável pelo Sistema de Controlo Interno?
- 29. Considera o departamento de Auditoria Interna imprescindível para uma boa implementação do Sistema de Controlo Interno?
- 30. Relativamente aos motivos pelos quais a sua empresa não possui um departamento de Auditoria Interna, selecione uma opção para cada uma das afirmações

Figura 8- Relação entre a Hipótese 2 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

A primeira questão relativa à H2 é a questão número 19, que tem como objetivo avaliar a importância que as entidades inquiridas atribuem ao SCI. Observa-se que 44 empresas consideram o SCI de muito importante, representando assim, 66,7% da amostra total, enquanto 11 empresas (16,7%) demonstram que o SCI é importante. Há 7 empresas (10,6%) que não têm opinião definida. Por fim, 2 organizações (3%) não consideram o SCI importante e outras 2 (3%) avaliam-no como pouco importante (ver Figura 9).

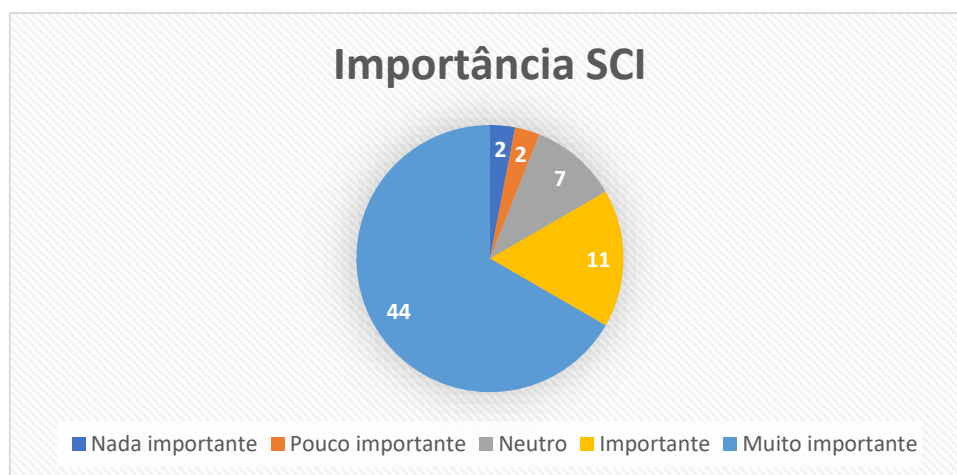


Figura 9- Importância SCI

Através desta questão podemos concluir que a maioria das empresas atribui bastante relevância ao SCI.

Com base nos resultados anteriores, é importante verificar se essa importância se traduz numa implementação efetiva de um SCI na organização. Assim, surge a questão 20, que visa entender se a empresa possui um SCI.

Implementação SCI

	Frequência	Porcentagem
Não	19	28,8
Sim	47	71,2
Total	66	100,0

Tabela 14- Implementação SCI

A análise da Tabela 14 indica que 47 empresas têm implementado um SCI, representando 71,2% das empresas inquiridas, enquanto apenas 19 (28,8%) não o possuem. Estes resultados indicam que, apesar de algumas entidades atribuírem grande importância ao SCI, não o desenvolvem nem implementam efetivamente dentro da organização, uma vez que 55 empresas atribuíram algum grau de importância em relação a este tema na questão anterior.

Uma vez que 19 empresas responderam que não possuíam um SCI (ver Tabela 14), importa perceber as suas razões. Considerando as razões apontadas pela literatura para a não adoção de um SCI, algumas delas foram incluídas na questão número 24 do inquérito, com o objetivo de os inquiridos indicarem seu nível de concordância (ver Tabela 15). Relativamente à afirmação “A dimensão da empresa é um fator limitante para a criação e implementação de um Sistema de Controlo Interno”, observa-se que 63,2% das entidades

que não dispõem de SCI concordam ou concordam plenamente que o tamanho da organização é um fator relevante para a adoção de um SCI, enquanto apenas 4 empresas (21,0%) discordam ou discordam totalmente. Além disso, 3 empresas (15,8%) posicionaram-se como indiferentes.

Quanto à afirmação de que um SCI não apresenta uma boa relação custo/benefício, 2 entidades (21,0%) discordam ou discordam totalmente, indicando que para essas empresas o SCI poderia ter uma boa relação custo/benefício. Em contrapartida, 7 (36,8%) inquiridos mostraram-se indiferentes, e os restantes 8 (42,1%) concordam ou concordam plenamente.

Na afirmação “O desinteresse por parte da gestão promove a inexistência de um Sistema de Controlo Interno”, 6 entidades (31,6%) concordaram ou concordaram plenamente. Cinco empresas (26,3%) posicionaram-se como indiferentes, enquanto as restantes 8 empresas (42,1%) discordaram ou discordaram totalmente.

Sobre a afirmação de que o Sistema de Controlo Interno não prevê transações pouco frequentes, 5 empresas (26,3%) discordam ou discordam totalmente. Em contrapartida, 4 entidades (21,1%) concordam ou concordam plenamente. No entanto, 10 empresas (52,6%) mostraram-se indiferentes, o que representa um número significativo de respondentes sem uma posição clara sobre a questão.

Sobre a afirmação de que a não utilização de um bom sistema informático poderá ter impacto na implementação de um Sistema de Controlo Interno, 3 empresas (15,8%) discordam. Em contraste, 10 entidades (52,6%) concordam ou concordam plenamente. Posicionaram-se como indiferentes, 6 empresas (31,6%).

Sobre a última afirmação de que as competências dos colaboradores da entidade podem ser um fator limitante para a concretização do Sistema de Controlo Interno, 3 empresas (15,8%) discordam. Já 10 entidades (52,6%) concordam ou concordam plenamente. As restantes 6 empresas (31,6%) mostraram-se indiferentes.

		Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente	Total
A dimensão da empresa é um fator limitante para a criação e implementação de um Sistema de Controlo Interno.	N.º respostas	2	2	3	6	6	19
	%	10,5%	10,5%	15,8%	31,6%	31,6%	100%
O investimento num Sistema de Controlo Interno não apresenta uma boa relação custo/benefício.	N.º respostas	2	2	7	5	3	19
	%	10,5%	10,5%	36,8%	26,3%	15,8%	100%
O desinteresse por parte da gestão promove a inexistência de um Sistema de Controlo Interno.	N.º respostas	5	3	5	3	3	19
	%	26,3%	15,8%	26,3%	15,8%	15,8%	100%
O facto do Sistema de Controlo Interno não prever transações pouco frequentes, uma vez que, este está apenas planificado para operações atuais.	N.º respostas	1	4	10	3	1	19
	%	5,3%	21,0%	52,6%	15,8%	5,3%	100%
A não utilização de um bom sistema informático, poderá ter impacto na implementação de um Sistema de Controlo Interno.	N.º respostas	0	3	6	4	6	19
	%	0,0%	15,8%	31,6%	21,0%	31,6%	100%
As competências dos colaboradores da entidade poderá ser um fator limitante para a concretização do Sistema de Controlo Interno.	N.º respostas	0	3	6	3	7	19
	%	0,0%	15,8%	31,6%	15,8%	36,8%	100%

Tabela 15- Razões para a não implementação de um SCI

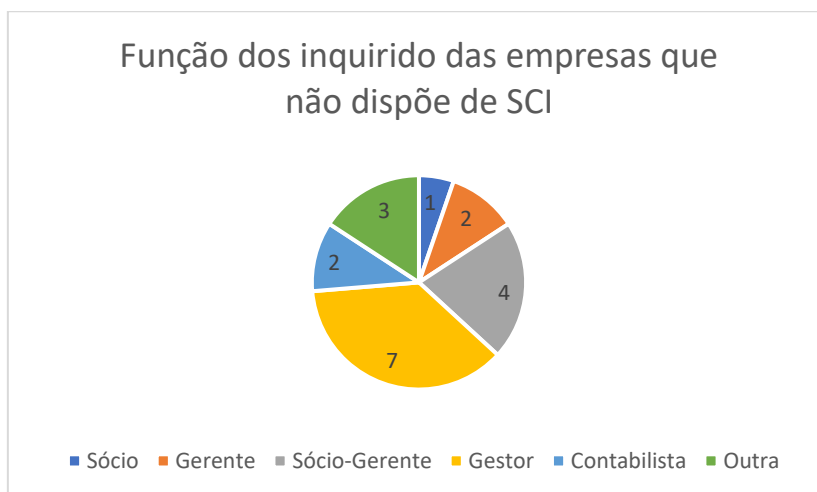


Figura 10- Função dos inquirido das empresas que não dispõe de SCI

Relativamente à função do inquirido das empresas que não dispõem de SCI, constata-se que a maioria tem a função de gestor (7 pessoas), 4 são sócios-gerentes, 2 são apenas sócios, 2 apenas gerentes, 1 é contabilista e por fim, 3 pessoas apresentam funções reconhecidas como “Outras” (Ver figura 10).

Um Sistema de Controlo Interno pode ser desenvolvido por um departamento específico ou por colaboradores designados. Assim, é fundamental avaliar se as entidades que possuem um SCI contam com um departamento ou colaboradores dedicados a essa função, o que é abordado na questão número 23 do questionário. Na Figura 11, observa-

se que 31 das 47 empresas possuem um departamento ou colaborador responsável pela implementação do Sistema de Controlo Interno, enquanto 16 entidades não contam com essa estrutura.

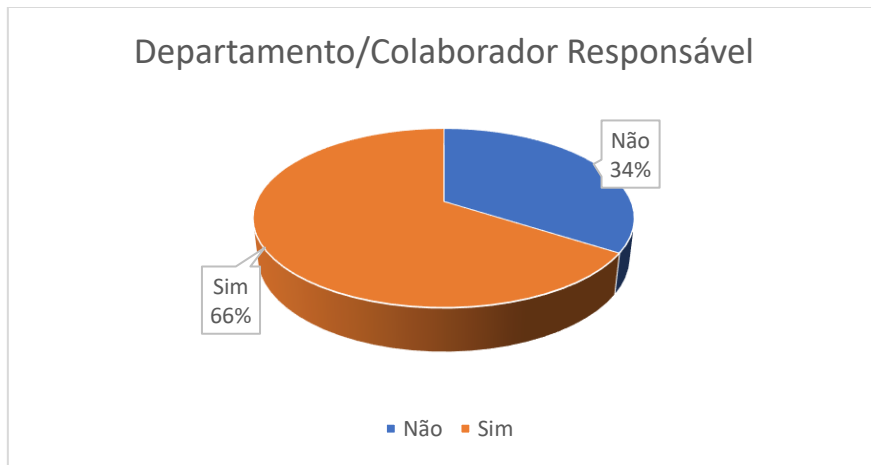


Figura 11- Departamento/Colaborador Responsável

O presente estudo também tem como objetivo perceber se a AI influencia o desenvolvimento do SCI. Por isso, é relevante avaliar o conhecimento da amostra total em relação a esse aspeto.

A análise das respostas à questão número 26, apresentada na Figura 12, mostra que 51 dos inquiridos apresentam algum conhecimento sobre AI, sendo que 5 têm um excelente conhecimento (7,6%), 31 um bom conhecimento (47,0%) e 15 um conhecimento satisfatório (22,7%). Por outro lado, 7 inquiridos apresentam um conhecimento fraco (10,6%) e 8 dizem não ter conhecimento suficiente (12,1%).

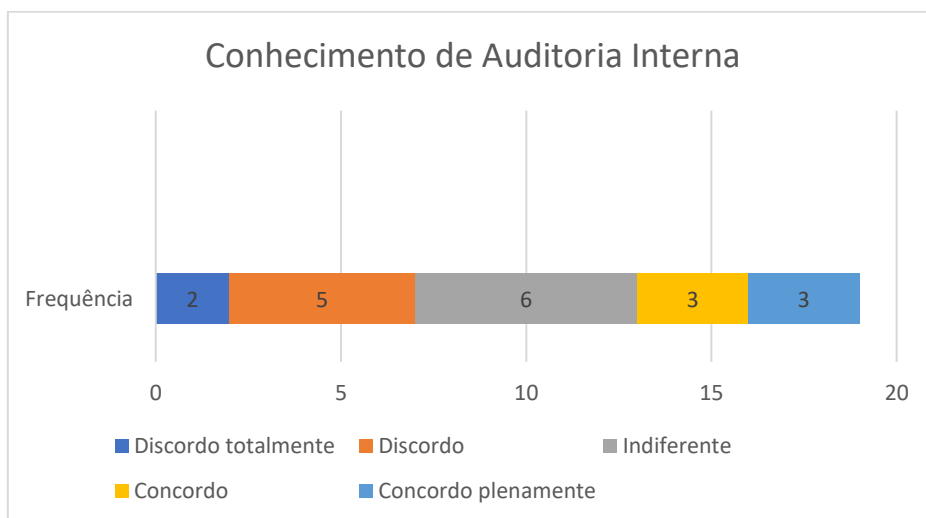


Figura 12- Conhecimento de Auditoria Interna

Na questão número 27, questionou-se se a empresa possui um departamento de AI na sua estrutura organizacional.

Assim, observamos que apenas 14 empresas dispõem de um departamento de AI, representando 21,2% da amostra, apesar dos conhecimentos relacionados com este assunto serem elevados (ver Tabela 16). Das 14 empresas, 2 são de pequena dimensão, 10 são médias empresas e 2 são micro entidades. Isto revela que entidades de maior dimensão têm mais propensão a disporem na sua estrutura este tipo de departamentos (Figura 13).

Departamento de Auditoria Interna

	Frequência	Percentagem
Não	52	78,8
Sim	14	21,2
Total	66	100,0

Tabela 16- Departamento de Auditoria Interna

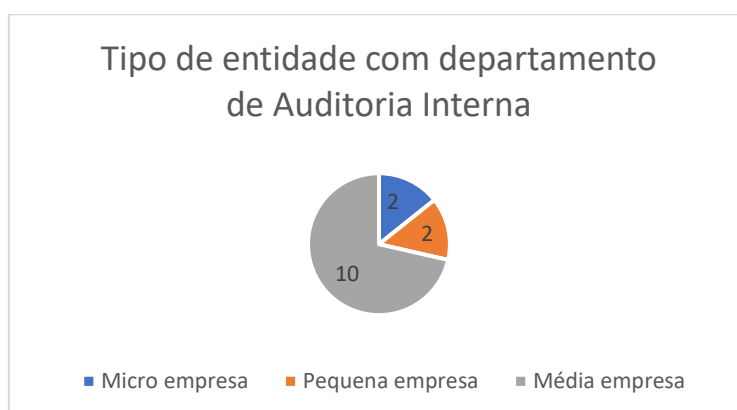


Figura 13- Tipo de entidade com departamento de Auditoria Interna

Considerando a possibilidade de o departamento de AI ser responsável pelo SCI, foi questionado às 14 organizações que possuem um departamento de AI se este é, de facto, encarregue da gestão do SCI.

Posto isto, constatamos através da Tabela 17, que 2 empresas que têm este departamento não possuem SCI, que numa das empresas este departamento não é responsável por esta função e que em 11 entidades o departamento de AI tem como função a implementação e manutenção do SCI. Ao compararmos esta questão número 28 com a pergunta número 23, verificamos que das 31 empresas que dispõem de um departamento ou de um colaborador responsável pelo SCI, apenas 11 delas é que é a AI, o departamento responsável.

O departamento de Auditoria Interna é responsável pelo Sistema de Controlo Interno?

	Frequência	Percentagem
Não	1	7,1
Sim	11	78,6
A empresa não dispõe de Sistema de Controlo Interno	2	14,3
Total	14	100,0

Tabela 17- O departamento de Auditoria Interna é responsável pelo Sistema de Controlo Interno?

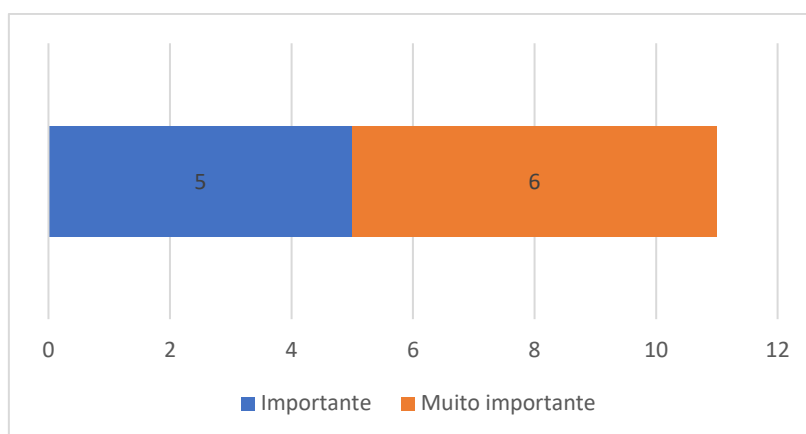


Figura 14- AI imprescindível para a implementação do SCI

Às 11 empresas em que o departamento de AI é responsável pelo SCI, foi questionado se estas consideram este departamento imprescindível para uma boa implementação do SCI.

As respostas à questão 29 indicam que 5 organizações consideram o departamento de AI como importante, representando 45,45%, enquanto 6 organizações o avaliam como muito importante, correspondendo a 54,55% (ver Figura 14).

Por fim, importa perceber as razões pelas quais as entidades não dispõem de um departamento de AI. Através da literatura foram encontradas algumas possíveis razões e por isso, foram enumeradas algumas delas na questão 30 do questionário. A esta questão apenas responderam as 52 empresas que não têm este departamento na sua estrutura, como é possível observar na Tabela 18.

		Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente	Total
O desconhecimento relativamente à temática de Auditoria Interna é um fator crucial para a não existência deste departamento.	N.º respostas	16	13	13	6	4	52
	%	30,8%	25,0%	25,0%	11,5%	7,7%	100%
A falta de meios técnicos e/ou humanos não permite a existência do departamento de Auditoria Interna.	N.º respostas	8	5	10	14	15	52
	%	15,4%	9,6%	19,2%	26,9%	28,8%	100%
Não existe um departamento de Auditoria Interna devido à limitação de recursos financeiros.	N.º respostas	11	16	6	12	7	52
	%	21,2%	30,8%	11,5%	23,1%	13,5%	100%
A gerência decidiu não constituir um departamento de Auditoria Interna na estrutura da organização.	N.º respostas	9	7	15	11	10	52
	%	17,3%	13,5%	28,8%	21,2%	19,2%	100%
O departamento de Auditoria Interna não iria gerar uma relação custo/benefício positiva para a entidade.	N.º respostas	13	12	9	13	5	52
	%	25,0%	23,1%	17,3%	25,0%	9,6%	100%
Não seria possível o departamento de Auditoria Interna ter independência no seio da organização para a execução das suas funções.	N.º respostas	9	9	17	10	7	52
	%	17,3%	17,3%	32,7%	19,2%	13,5%	100%

Tabela 18- Razões para a inexistência do departamento de AI

Relativamente à afirmação “O desconhecimento relativamente à temática de Auditoria Interna é um fator crucial para a não existência deste departamento”, apenas 4 pessoas concordam plenamente, correspondendo a 7,7%. Seis inquiridos (11,5%) concordam, enquanto 13 (25,0%) se mostram indiferentes. Por outro lado, 16 respondentes (30,8%) discordam totalmente e 13 (25,0%) discordam. Esses resultados indicam que a maioria dos participantes não considera o desconhecimento sobre o tema um fator limitante para a inexistência do departamento de Auditoria Interna nas organizações.

Uma das razões apontadas pela literatura é a falta de meios técnicos e/ou humanos, e a maioria dos inquiridos concorda com essa afirmação. Nesse sentido, 15 pessoas (28,8%) concordam plenamente, 14 (26,9%) concordam, totalizando 39 participantes que reconhecem a falta de recursos como um impedimento. Por outro lado, 8 respondentes (15,4%) discordam totalmente e 5 (9,6%) discordam. Os restantes 10 (19,2%) mostraram-se indiferentes.

No que diz respeito à falta de recursos financeiros, 27 inquiridos (51,9%) não consideram esse fator limitativo, pois 11 (21,2%) discordam totalmente da afirmação e 16 (30,8%) discordam. Em contraste, entre os que reconhecem a limitação financeira, 12 (23,1%) concordam significativamente e 7 (13,5%) concordam plenamente. Os restantes 6 (11,5%) mostraram-se indiferentes.

Acerca da decisão da gerência de não constituir um departamento de Auditoria Interna na organização, 19,2% da amostra concordam plenamente, e 21,2% concordam. Por outro lado, 9 inquiridos (17,3%) discordam totalmente e 7 (13,5%) discordam. No entanto, 15 dos inquiridos (28,8%) mostraram-se indiferentes à questão.

Relativamente à afirmação de que "o departamento de Auditoria Interna não iria gerar uma relação custo/benefício positiva para a entidade", 25% dos inquiridos discordam totalmente e 23,1% discordam. Por outro lado, 9 respondentes (17,3%) se mostraram indiferentes. Além disso, 25% concordam e 9,6% concordam plenamente que a criação desse departamento não geraria uma relação custo/benefício favorável.

Sobre a afirmação de que "não seria possível o departamento de Auditoria Interna ter independência no seio da organização para a execução das suas funções", 17,3% dos inquiridos discordam totalmente e 17,3% discordam. Um total de 32,7% dos respondentes mostrou-se indiferente. Em contrapartida, 19,2% concordam e 13,5% concordam plenamente que a independência do departamento de Auditoria Interna não é viável dentro da organização.

Para as questões que foram abordadas, as respostas obtidas apresentam uma concordância de:

- As PME têm preocupação em implementar um SCI: 71,2%;
- As PME possuem colaboradores ou um departamento afeto à função do SCI: 66%;
- As PME possuem um departamento de AI: 21,2%;
- Das empresas que dispõe de departamento de AI, este é responsável pelo SCI: 78,6%;
- Das empresas que dispõe em simultâneo de departamento de AI e de SCI, estas atribuem importância à atividade de AI para a conceção do SCI em 100,0%.

Neste caso, verifica-se que as organizações estão em concordância relativamente à implementação do SCI e à afetação de colaboradores ou departamentos relativamente a essa função, uma vez que, a concordância é superior a 50,0%. Por outro lado, somente 21,2% das empresas possuem um departamento de AI. Isto significa que apesar das entidades atribuírem elevada importância ao SCI, o mesmo não acontece com a função de AI, não validando totalmente a hipótese 2. Contudo, das poucas empresas que dispõem de AI e de SCI, todas concordam em que a atividade de AI é imprescindível para a conceção do SCI.

Análise da hipótese 3:

H3: A relevância atribuída ao SCI tem impacto no desempenho empresarial, nomeadamente na continuidade das operações.

Questões de Investigação:

- As PME consideram a implementação de um SCI um bom investimento (custo-benefício)?
- As PME acham que o SCI ajuda no alcance dos objetivos estabelecidos?
- As PME consideram que o SCI ajuda no desempenho empresarial, nomeadamente para a continuidade da atividade?

- 21. Tendo em consideração os possíveis benefícios do Sistema de Controlo Interno, seleccione o grau de importância que atribui a cada uma das afirmações seguintes
- 22. Relativamente ao impacto do Sistema de Controlo Interno na sua empresa, seleccione uma opção para cada uma das afirmações
- 25. Uma vez que a empresa não possui um Sistema de Controlo Interno, seleccione a opção correspondente para a afirmação seguinte

Figura 15- Relação entre a Hipótese 3 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

Na questão número 21 (Figura 16), foram inquiridas as empresas que possuem um SCI, sobre a importância que atribuem aos benefícios potenciais que este pode proporcionar à organização. Portanto, nesta pergunta, a amostra total consiste em 47 empresas.

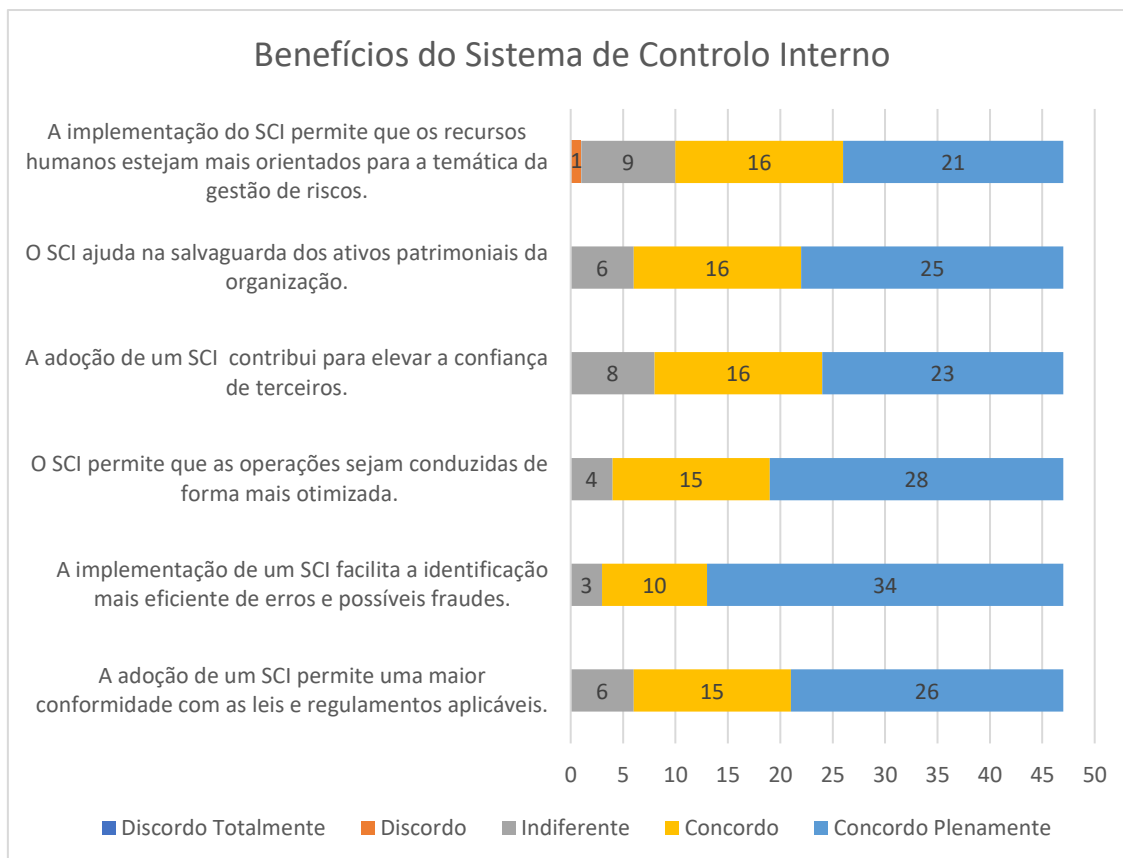


Figura 16- Benefícios do Sistema de Controlo Interno

É de salientar que nenhum inquirido discordou totalmente ou discordou a todas as afirmações, exceto na primeira referente ao facto de a implementação do SCI permitir que os recursos humanos estejam mais orientados para a gestão de risco, na qual uma das entidades manifestou discordar. Por outro lado, referente a essa mesma afirmação, 16 empresas concordaram e 21 concordaram plenamente. Para as restantes 9 empresas é indiferente.

Acerca de o SCI ajudar na salvaguarda dos ativos patrimoniais da organização, 16 concordaram e 25 concordaram plenamente. No entanto, é indiferente para 6 empresas.

No que diz respeito à adoção de um SCI contribuir para a elevada confiança de terceiros, 23 empresas concordaram plenamente e 16 concordaram. Para as restantes 8 é indiferente.

O benefício do SCI em otimizar a condução das operações é o segundo mais valorizado pelos inquiridos. Apenas para 4 inquiridos é indiferente. Os restantes concordaram (15 inquiridos) ou concordaram plenamente (28 inquiridos).

O benefício que os respondentes consideram mais relevante é o facto de o SCI facilitar a identificação mais eficiente de erros e possíveis fraudes, 10 inquiridos concordaram e 34 concordaram plenamente. Apenas para 3 é indiferente.

Por fim, relativamente à maior conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, para 6 inquiridos é indiferente, mas os restantes inquiridos concordaram (15 inquiridos) ou concordaram plenamente (26 inquiridos).

Além dos possíveis benefícios, importa aferir o impacto que o SCI poderá ter nas entidades.

Na questão número 22, foram apresentadas diversas afirmações para avaliar o grau de concordância dos inquiridos em relação ao impacto do SCI (Tabela 19).

		Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente	Total
Considera que a implementação do Sistema de Controlo Interno foi um bom investimento, relativamente à razão custo/benefício.	N.º respostas	0	1	6	15	25	47
	%	0%	2,1%	12,8%	31,9%	53,2%	100%
A adoção do Sistema de Controlo Interno ajudou a empresa a alcançar de forma mais eficiente e eficaz os objetivos pré-estabelecidos.	N.º respostas	0	2	6	19	20	47
	%	0%	4,3%	12,8%	40,4%	42,6%	100%
A implementação do Sistema do Controlo Interno contribuiu para potenciar o desempenho operacional da empresa.	N.º respostas	0	2	8	15	22	47
	%	0,0%	4,3%	17,0%	31,9%	46,8%	100%
A execução de um Sistema de Controlo Interno contribui para a continuidade da empresa.	N.º respostas	0	2	9	14	22	47
	%	0,0%	4,3%	19,1%	29,8%	46,8%	100%

Tabela 19- Impacto do Sistema de Controlo Interno

No que se refere à avaliação da implementação do SCI em termos de custo/benefício, 15 participantes (31,9%) concordaram com a afirmação e 25 inquiridos (53,2%) concordaram plenamente. Por outro lado, apenas 1 pessoa (2,1%) discorda, enquanto 6 (12,8%) se mostraram indiferentes à questão. Assim, a maioria dos inquiridos considera que a implementação do SCI representa um investimento positivo.

Relativamente à afirmação de que a adoção do SCI contribuiu para que a empresa alcançasse de forma mais eficiente e eficaz os objetivos pré-estabelecidos, observa-se que 19 (40,4%) concordam e 20 inquiridos (42,6%) concordam plenamente. Apenas 2 participantes (4,3%) discordam da afirmação, enquanto 6 (12,8%) se mostraram indiferentes. Esses resultados indicam que a maioria dos inquiridos reconhece o impacto

positivo do SCI na consecução dos objetivos organizacionais de uma forma mais eficiente e eficaz.

Em relação à contribuição do SCI para potenciar o desempenho operacional da empresa, 22 inquiridos (46,8%) concordam plenamente, enquanto 15 (31,9%) concordam. Apenas 2 (4,3%) discordam, e 8 (17,0%) mostram-se indiferentes.

Na questão referente à afirmação de que a execução de um SCI contribui para a continuidade da empresa, 22 inquiridos (46,8%) concordam plenamente, enquanto 14 (29,8%) concordam. Apenas 2 (4,3%) discordam da afirmação, e 9 (19,1%) se mostram indiferentes. Ou seja, podemos concluir que a maioria dos respondentes acredita que a implementação do SCI potencia a continuidade da atividade da organização.

Desta forma, tendo em conta as respostas dadas, concluímos que a adoção de um SCI tem um impacto positivo no seio das organizações.

Por outro lado, é importante compreender se as empresas que não possuem um SCI acreditam que a falta de implementação desse sistema pode afetar a continuidade da sua atividade.

Através da análise das respostas da questão número 25 (Figura 17), concluímos que 2 empresas discordam totalmente que a continuidade das suas empresas possa ser afetada, 5 discordam, para 6 é indiferente, 3 concordam e 3 concordam plenamente. Isso indica que aproximadamente 31,58% da amostra de 19 empresas acredita que a continuidade da empresa pode ser impactada pela ausência de um SCI, enquanto 36,84% não concordam.

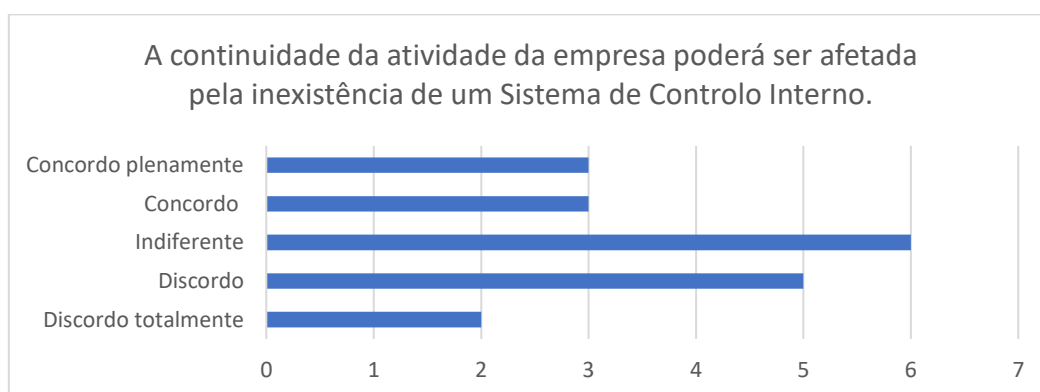


Figura 17- A continuidade da atividade da empresa poderá ser afetada pela inexistência de um Sistema de Controlo Interno.

Além disso, 31,58% mostraram-se indiferentes à questão. Esse cenário pode refletir uma falta de conscientização ou compreensão sobre os benefícios de um SCI nas organizações que não o implementaram.

Concluindo, as respostas obtidas apresentam uma concordância de:

- As PME consideram a implementação de um SCI um bom investimento (custo-benefício): 85,1%;
- As PME acham que o SCI ajuda no alcance dos objetivos estabelecidos: 83,0%;
- As PME consideram que o SCI ajuda no desempenho empresarial: 78,7%;
- As PME acham que o SCI contribui para a continuidade da empresa: 76,6%;
- As PME que não dispõem de SCI acham que a continuidade da atividade da empresa poderá ser afetada pela inexistência de SCI: 31,58%.

Quanto à hipótese 3, verifica-se que a hipótese é validada para as empresas que dispõem de SCI, dado que para qualquer uma das questões a concordância é superior a 50,0%. No entanto, para as empresas que não dispõem de SCI, a hipótese não é validada, pois a concordância é apenas de 31,58%.

5.1. Resumo dos principais resultados

O presente estudo tinha como principal finalidade verificar se a implementação do SCI contribui para a continuidade da atividade das PME portuguesas em atividade há pelo menos 10 anos. O objetivo secundário era tentar perceber se a área de AI ajuda na implementação e execução do SCI.

Relativamente às questões de investigação “A gestão das PME tem consciência sobre os riscos e controlos necessários (Sarens & De Beelde, 2006 e Selim & McNamee, 1999)” e “As PME adotam diversos tipos de controlos, mesmo sem um SCI? (Martins & Morais, 2013)”, conclui-se que, 53,0% da amostra não possui mecanismos de gestão de risco. Contudo, a maioria (77,3%) dispõe de algum mecanismo de controlo. Sendo que, das entidades que dispõe algum tipo de controlo, os controlos mais utilizados são os preventivos (82,4%), os detetivos (84,3%) e os corretivos (84,3%). No estudo do Cruz (2019), das empresas que não dispunham de SCI, 97,0% referiram que tinham algum tipo de controlos implementados.

No que se refere aos resultados relativos à importância e implementação de um SCI, constata-se que, esse tema é fundamental para as entidades, uma vez que 55 empresas das 66, afirmam atribuir algum nível de importância a esta temática (importante ou muito importante) e 47 empresas da amostra total dispõem de SCI (71,2%). Desta forma, respondemos à questão de investigação “As PME têm preocupação em implementar um SCI? (Gonçalves, 2015)”. No estudo de Cruz (2019), apenas 53,22% da amostra é que dispunham de SCI.

Quanto às 19 organizações que afirmam não ter SCI, foram averiguadas as razões que levam à inexistência deste tipo de sistema. As razões principais são a dimensão das entidades, a não utilização de um bom sistema informático, bem como as limitações relativas às competências dos colaboradores.

Destaca-se que a maioria das 66 empresas apresentam conhecimentos acerca de AI, havendo apenas 15 entidades que dispõe de conhecimentos mais limitados ou mesmo inexistentes.

Relativamente à questão de investigação “As PME possuem um departamento de AI para a conceção do SCI? (Lorenzoni & Vieira, 2013)”, 66,0% das 47 empresas que têm SCI, apresentam um departamento ou colaboradores afetos a esta temática. Sendo que, 11

organizações referem que é o departamento de AI que é responsável por esta função. Importa salientar, que da amostra total de 66 empresas, para além das 11 entidades referidas anteriormente, mais 3 têm departamento de AI. Contudo, numa delas este departamento não é responsável pelo SCI e outras 2 não dispõem de SCI, apesar de possuírem departamento de AI. No estudo de Moreira (2018), das 36 empresas da amostra, apenas 12 têm atividades de AI, sendo que 83,0% dessas possuem um departamento específico para esse fim.

Das 11 organizações em que o departamento de AI é responsável pelo SCI, 6 consideram muito importante o departamento para a execução do SCI e 5 consideram importante, respondendo assim, à questão de investigação “As PME atribuem importância à atividade de AI para a conceção do SCI? (Lourenço & Laureano, 2018)”.

No caso das 52 empresas que não apresentam departamento de AI, as razões mais apontadas para esse facto são a falta de meios técnicos e/ou humanos, o facto de a gerência não pretender constituir este departamento e a limitação de recursos financeiros. O motivo menos apontado é o motivo referente ao conhecimento sobre a atividade de AI.

Foram analisados, também, os benefícios percebidos pelas organizações que possuem SCI. Os 3 maiores benefícios apontados são a condução das operações de forma mais otimizada, maior facilidade na identificação de erros e possíveis fraudes e uma maior conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Por fim, relativamente, ao impacto do SCI nas 47 entidades, os impactos mais referidos ou mencionados por estas, foram o facto de o SCI ter sido um bom investimento, tendo em conta a relação custo/benefício e de ter ajudado as organizações a alcançar de forma mais eficiente e eficaz os objetivos pré-estabelecidos.

Importa salientar que, relativamente, à afirmação se o SCI contribui para a continuidade da empresa, 36 entidades concordam que sim.

Conclui-se que das empresas que dispõem de SCI, estas retiram diversos benefícios da sua implementação, respondendo assim, às questões de investigação da hipótese de investigação número 3.

Importa, também, perceber quanto às empresas que não dispõem de SCI, se estas acham que a continuidade da sua atividade poderá ser afetada devido a esse facto. Desta forma, conclui-se que a maioria das empresas não concorda que a continuidade possa ser afetada,

pois 7 inquiridos responderam que discordavam, 6 revelaram-se indiferentes e, apenas, 6 concordaram.

5.2. Limitações do estudo

Na presente dissertação, a principal dificuldade enfrentada foi a obtenção de respostas por parte das PME com pelo menos 10 anos de atividade. Além da ausência de respostas por parte da maioria, algumas empresas iniciavam o preenchimento do questionário apenas para, posteriormente, informarem que não aceitavam participar. A participação ativa das empresas é essencial para a obtenção de resultados significativos, que ajudem e contribuam para um entendimento mais aprofundado da realidade do setor.

5.3. Sugestões para pesquisas futuras

Em investigações futuras, seria interessante alargar a amostra para mais empresas elegíveis para o estudo com o objetivo de analisar o SCI num maior número de organizações. Comparar as PME com os restantes tipos de empresa também poderia ser uma abordagem interessante, no sentido de comparar as diferenças existentes em relação à abordagem do CI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulrahman, A.M., Al-Twajry, A. A. M., Brierley, J. A., & Gwilliam, D. R. (2003). The development of internal audit in Saudi Arabia: An institutional theory perspective. *Critical Perspectives on Accounting*, Volume 14, páginas 507-531. [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(02\)00158-2](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(02)00158-2)
- Almeida, M.C. (1996). Auditoria: um curso moderno e completo. Atlas.
- Altman, E. I., & Sabato, G. (2013). Modelling credit risk from SMEs: Evidence from the US Market. *Abacus*, 43(6), 332–357. https://doi.org/10.1142/9789814417501_0009
- Alves, J. (2015). Princípios e prática de auditoria e revisão de contas. 1ª edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Alzeban, A., & Gwilliam, D. (2014). Factors Affecting the Internal Audit Effectiveness: A Survey of the Saudi Public Sector. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 23, 74-86. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2014.06.001>
- Anderson, U., Head, M., Ramamoorti S., Riddle, C., Salamasick, M., Sobel, P. (2017). *Internal Auditing - Assurance & Advisory Services* (4º edition).
- Anduuru, N.V. (2005). The accounting system and its related internal control system. Nairobi: Essential Management Consultancy Services Ltd.
- Arena, M., & Azzone, G. (2007). Internal audit departments: Adoption and characteristics in Italian companies. *International Journal of Auditing*, 11(2), 91-114. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2007.00357.x>
- Arens, A., Elder, R., Beasley, M., Hogan, C. (2017). Auditing and Assurance Services. 16ª Edição. Harlow: Pearson Education Limited.
- Assis, A. S. (2018). Recuperação financeira de empresas. [Dissertação de mestrado, Faculdade de economia da Universidade do Porto]. Repositório aberto. <https://hdl.handle.net/10216/117195>

Attah-Botchwey, E. (2018). Internal control as a tool for efficient management of revenue mobilization at the metropolitan, municipal and district assemblies in Ghana: A case study of Accra metropolitan assembly. *American International Journal of Contemporary Research*, 8(1), 29-36.

ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Carreira, F.J.A. (2013) Controlo Interno. UFP: Dissertação de Mestrado.

Carvalho, A.S. (1994). O controlo interno nas PME.

Committee of Sponsoring Organization [COSO]. (2013). Internal control integrated framework. Retrieved from: https://ce.jalisco.gob.mx/sites/ce.jalisco.gob.mx/files/coso_mejoras_al_control_interno.pdf

Crepaldi, S. A. (2013). Auditoria Contábil - Teoria e Prática. (Atlas, Ed.) (9a Edição). São Paulo.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Auditoria contábil: teoria e prática. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Cruz, A. (2019). O impacto do Controlo Interno nas PME Excelência. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Daniela, P., & Attila, T. (2013). Internal audit versus internal control and coaching. *Procedia Economics and Finance*, 6, 694-702.

Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março. Diário da República, 1ª série.

Diehl, A. (2004). Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas. São Paulo: Prentice Hall.

Gonçalves, A. (2015). Controlo interno e a liderança como fator diferenciador. Publicação Revista Revisores e Auditores, julho a setembro, p. 32-33.

Harrell, A., Taylor, M., & Chewing, E., “An Examination of Management’s Ability to Bias the Professional Objectivity of Internal Auditors”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 14, 1989, pp. 259–269.

IIA, Normas Internacionais Para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas). 4. Retirado de: <https://www.ipai.pt/normas/normas-internacionais/>

IIA, Normas Internacionais Para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas). Retirado de <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.theiia.org/globalassets/site/standards/mandatory-guidance/ippf/2017/ippf-standards-2017-portuguese.pdf>

Institute of Internal Auditors (IIA). (2010). Measuring internal audit effectiveness and efficiency. IPPF-Practice guide.

Ilhéu, J. (2021). Modelos preditivos das insolvências: O contributo da auditoria financeira externa nas PME portuguesas. ISCTE

Jorge, S., & Pimentel, M. J. (2015). O controlo interno no contexto municipal: a importância da norma de controlo interno FEUC.

Lorenzoni, R. & Vieira, E. (2013), O Controlo Interno e a Auditoria como Ferramenta de desenvolvimento nas Micro e Pequenas Empresas. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- GEDECON, (1), 118-132.

Lourenco, P., Laureano, R. M. S. & Laureano, L. M. S. (2018), "The contribution of internal audit to management of the organizations: The perspective of management entities," *2018 13th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, Caceres, Spain, 2018, pp. 1-6, doi: 10.23919/CISTI.2018.8399459.

Lukason, O., & Hoffman, R. C. (2014). Firm bankruptcy probability and causes: An Integrated study. *International Journal of Business and Management*, 9(11), 80-91. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v9n11p80>

Luyolo, S., Yolande, S., Juan-Pierré, B., & Wilfred, I. (2014). The status of internal controls in fast moving small medium and micro consumer goods enterprises within the Cape Peninsula. *Mediterranean Journal of Social Science*, 5(10), 163-175.

Martins, I. & Morais, G. (2013). Auditoria interna – Função e processo. 4.^a ed. Lisboa: Áreas Editora.

Mary, M., Albert, O., & Byaruhanga, J. (2014). Effects of internal control systems on financial performance of sugarcane outgrower companies in Kenya. *IOSR Journal of Business and Management*, 16(12), 2319-7668. <https://doi.org/10.9790/487x-161216273>.

Mendes, S. (2013). Controlo Interno nas Empresas Madeirenses. FEUC

Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977), 'Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony', *American Journal of Sociology*, Vol. 83, No. 2, pp. 340–63.

Migliavacca, P. N. (2004). *Controles Internos nas organizações*. (Edicta, Ed.) (2a Edição). São Paulo.

Mihret, D. G., & Yismaw, A. W. (2007). *Internal audit effectiveness: an Ethiopian public sector case study*.

Monteiro, F. (1998). *Auditoria interna*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Moreira, a. (2018). *Auditoria Interna nas PME Portuguesas: sua caracterização e contributo*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

MULLER, Aderbal Nicolas. *Desmistificando o trabalho da auditoria*. Disponível em: <http://www.pericia.pro.br/Artigos/Desmistificando%20o%20trabalho%20da%20auditoria.pdf>

Neves, J. F. (2008). *A importância de um Sistema de controlo interno*. TOC 99, pp. 60-61.

Pires, J. (2010). *Contributo da auditoria interna na detecção e mitigação de riscos empresariais*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Ponemon, L., "Internal Auditor Objectivity and the Disclosure of Sensitive Issues", *Internal Auditing*, Summer 1991, pp. 36–43.

Provasi, R., & Riva, P. (2015). The updated COSO report 2013. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 11(10), 487- 498. <https://doi.org/10.17265/1548-6583/2015.10.001>

Reding, K., Sobel P., Anderson, U., Head, M., Ramamoorti, S., Salamasick, M. & Riddle, C. (2013). *Internal Auditing - Assurance & Advisory Services* (3º edition).

Reinoite, A.R.D. (2014). *Proposta de implementação da função de auditoria interna no agrupamento de escolas José Saraiva*. Dissertação de Mestrado.

Ribeiro, O. M.; Coelho, J. M. R.. *Auditoria fácil*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Rodrigues, S. (2013), O Contributo da Auditoria Interna para uma gestão eficaz. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Sarens, G. & De Beelde, I. (2006), "Internal auditors' perception about their role in risk management: A comparison between US and Belgian companies", *Managerial Auditing Journal*, Vol. 21 No. 1, pp. 63-80. <https://doi.org/10.1108/02686900610634766>

Savčuk, O. (2020). Internal audit efficiency evaluation principles. *Journal of Business Economics and Management*. 8:4, 276. DOI: 10.1080/16111699.2007.9636180

Selim, G. & McNamee, D. (1999), The Risk Management and Internal Auditing Relationship: Developing and Validating a Model. *International Journal of Auditing*, (3), 159-174.

Silva, M. (2021). O Controlo Interno nas Pequenas e Médias Empresas: Uma revisão Sistemática da Literatura. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Teixeira, M. (2006). Contributo da auditoria interna para uma gestão eficaz. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta de Coimbra.

Whittington, O. R; Panny, K. (2001). *Principles of Auditing and other Assurance Services*. Irwin / McGraw – Hill. New York.

Webgrafia

IAASB (2023, dezembro 12). Quarterly Board Meeting. Retirado de: <https://www.iaasb.org/meetings/iaasb-quarterly-board-meeting-june-13-17-2005-rome-italy>

Base de dados do PORDATA disponível em:

<https://www.pordata.pt/subtema/portugal/empresas-374>

Base de dados INE disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006569&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

Mapa de Portugal disponível em:

<https://www.espiritoviajante.com/mapa-de-portugal-geografia-turismo/>

Legislação

Recomendação 2003/361/CE de 06 de maio. Disponível em:

[Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx \(iapmei.pt\)](http://iapmei.pt/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx)

Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Disponível em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2004-34529075>

Anexo I – Inquérito elaborado

O Controlo Interno nas PME Portuguesas.

O meu nome é Catarina Freitas da Rocha e frequento o Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

Atualmente, encontro-me a realizar a minha dissertação de Mestrado, que tem como objetivo principal analisar a realidade do Controlo Interno nas Micro, Pequenas e Médias empresas portuguesas.

O questionário tem uma duração média de, aproximadamente, **7 minutos**.

O anonimato e a confidencialidade dos dados serão garantidos e apenas serão usados para fins estatísticos, cumprindo, assim, com a legislação vigente em matéria de proteção e recolha de dados, segundo a **Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto**.

De forma, a atingir o sucesso neste projeto, a sua colaboração é absolutamente imprescindível.

Posto isto, agradeço, desde já, a sua disponibilidade.

Tomei conhecimento dos objetivos e características do estudo (de acordo com o ^{*} Regulamento Geral de Proteção de dados- RGPD), pretendo responder a este questionário e autorizo a publicação dos resultados, de forma agregada, para fins académicos.

Sim

Não

Idade: ^{*}

Your answer

Grau Académico: *

- Até ao 12º ano
- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

Função atual na sua organização: *

- Sócio
- Gerente
- Sócio-Gerente
- Gestor
- Contabilista
- Auditor
- Other: _____

Número de anos na função que desempenha na empresa atualmente: *

Your answer _____

Há quantos anos a empresa foi constituída? *

Your answer _____

Dimensão da empresa: *

- Microempresa
- Pequena empresa
- Média empresa

Setor de atividade: *

- Construção e imobiliário
- Indústria
- Comércio
- Transportes
- Turismo
- Serviços
- Agricultura e pescas
- Other: _____

Número de anos de atividade da empresa no setor anteriormente selecionado: *

Your answer _____

Região onde a empresa opera: *

- Norte
- Centro
- Área Metropolitana de Lisboa
- Alentejo
- Algarve
- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira

A sua empresa possui mecanismos de análise de riscos relativamente ao setor onde opera? *

- Não
- Sim

A sua empresa possui algum tipo de controlos implementados? *

- Não
- Sim

A sua empresa tem implementados **Controlos Preventivos**? *

(Controlos utilizados de forma a impedir que factos indesejáveis ocorram, como por exemplo a segregação de funções ou o controlo físico dos ativos da entidade)

- Não
- Sim

A sua empresa dispõe de **Controlos Detetivos**? *

(Controlos aplicados com a finalidade de identificar erros ou irregularidades que tenham ocorrido, como por exemplo reconciliações bancárias ou contagem dos valores em caixa)

Não

Sim

A sua empresa aplica **Controlos Orientadores**? *

(Controlos empregues com o objetivo de promover eventos desejados, incentivando assim propositadamente a ocorrência de factos positivos, como por exemplo, os depósitos diários dos valores recebidos em numerário)

Não

Sim

A sua empresa recorre a **Controlos Corretivos**? *

(Controlos cujo principal objetivo é a retificação de problemas ocorridos, como por exemplo, recorrer à elaboração de uma lista com as diferenças de inventário)

Não

Sim

A sua empresa tem implementados **Controlos Compensatórios**? *

(Controlos cuja função é compensar eventuais fragilidades presentes noutros controlos, como por exemplo a conciliação entre os salários que efetivamente foram processados e os valores pagos à Segurança Social, de forma, a perceber se o valor é coincidente)

Não

Sim

Caso a sua empresa possua outro tipo de controlo, indique qual:

Your answer

Indique o grau de importância que atribui ao Sistema de Controlo Interno: *

Onde 1- Nada importante a 5- Muita importante.

	1	2	3	4	5	
Nada importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Importante

A sua empresa tem implementado um Sistema de Controlo Interno? *

Não

Sim

Tendo em consideração os **possíveis benefícios do Sistema de Controlo Interno**, *
selecione o grau de importância que atribui a cada uma das afirmações
seguintes:

Onde 1- Discordo totalmente a 5- Concordo plenamente.

	1	2	3	4	5
A adoção de um Sistema de Controlo Interno permite uma maior conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A implementação de um Sistema de Controlo Interno facilita a identificação mais eficiente de erros e possíveis fraudes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O Sistema de Controlo Interno permite que as operações sejam conduzidas de forma mais otimizada.

A adoção de um Sistema de Controlo Interno contribui para elevar a confiança de terceiros.

O Sistema de Controlo Interno ajuda na salvaguarda dos ativos patrimoniais da organização.

A implementação do Sistema de Controlo Interno permite que os recursos humanos estejam mais orientados para a temática da gestão de riscos.

Relativamente ao impacto do **Sistema de Controlo Interno na sua empresa**,
selecione uma opção para cada uma das afirmações:

*

Onde 1- Discordo totalmente a 5- Concordo plenamente.

	1	2	3	4	5
Considera que a implementação do Sistema de Controlo Interno foi um bom investimento, relativamente à razão custo/benefício.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A adoção do Sistema de Controlo Interno ajudou a empresa a alcançar de forma mais eficiente e eficaz os objetivos pré-estabelecidos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A implementação do Sistema de Controlo Interno contribuiu para potenciar o desempenho operacional da empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A execução de um Sistema de Controlo Interno contribui para a continuidade da empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Existe algum departamento ou colaborador responsável pela área do Sistema de Controlo Interno? *

Não

Sim

Tendo em consideração as razões pelas quais a sua empresa **não dispõe de um Sistema de Controlo Interno**, selecione uma opção para cada uma das afirmações. *

Onde 1- Discordo Totalmente a 5- Concordo plenamente.

	1	2	3	4	5
A dimensão da empresa é um fator limitante para a criação e implementação de um Sistema de Controlo Interno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O investimento num Sistema de Controlo Interno não apresenta uma boa relação custo/benefício.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O desinteresse por parte da gestão promove a inexistência de um Sistema de Controlo Interno.

O facto do Sistema de Controlo Interno não prever transações pouco frequentes, uma vez que, este está apenas planificado para operações atuais.

A não utilização de um bom sistema informático, poderá ter impacto na implementação de um Sistema de Controlo Interno.

As competências dos colaboradores da entidade poderá ser um fator limitante para a concretização do Sistema de Controlo Interno.

Uma vez que a sua empresa **não possui um Sistema de Controlo Interno**, *
selecione a opção correspondente para a afirmação seguinte:

Onde 1- Discordo totalmente a 5- Concordo plenamente.

	1	2	3	4	5
A continuidade da atividade da empresa poderá ser afetada pela inexistência de um Sistema de Controlo Interno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Avalie o seu conhecimento sobre a área de Auditoria Interna: *

Onde 1- Insuficiente a 5- Excelente.

	1	2	3	4	5	
Insuficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

A sua empresa possui um departamento de Auditoria Interna? *

- Não
- Sim

O **departamento de Auditoria Interna** da sua empresa é responsável pelo Sistema *
de Controlo Interno?

- Não
- Sim
- A empresa não dispõe de Sistema de Controlo Interno

Considera o departamento de Auditoria Interna **imprescindível** para uma boa *
implementação do Sistema de Controlo Interno?

Onde 1- Nada importante a 5- Muito importante.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muita Importante

Relativamente aos motivos pelos quais a sua empresa **não possui um** *
departamento de Auditoria Interna, seleccione uma opção para cada uma das
afirmações:

Onde 1- Discordo totalmente a 5 - Concordo plenamente.

	1	2	3	4	5
O desconhecimento relativamente à temática de Auditoria Interna é um fator crucial para a não existência deste departamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A falta de meios técnicos e/ou humanos não permite a existência do departamento de Auditoria Interna.

Não existe um departamento de Auditoria Interna devido à limitação de recursos financeiros.

A gerência decidiu não constituir um departamento de Auditoria Interna na estrutura da organização.

O departamento de Auditoria Interna não iria gerar uma relação custo/benefício positiva para a entidade.

Não seria possível o departamento de Auditoria Interna ter independência no seio da organização para a execução das suas funções.